



## **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**

03/2026

## **PROCESSO**

24/2026

## **CONTRATANTE**

Município de Douradoquara/MG - CNPJ Nº 18.158.261/0001-08

## **OBJETO**

A presente licitação tem por objeto a Contratação de empresa especializada para execução de obra de **pavimentação asfáltica em CBUQ**, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos, no Loteamento Bela Vista, no município de Douradoquara/MG.

## **VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

**R\$ 1.371.949,15 (um milhão, trezentos e setenta e um mil, novecentos e quarenta e nove reais e quinze centavos)**

## **DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

**Dia 19 de Maio de 2026, às 08:00 horas (horário de Brasília)**

## **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

Menor Preço Global

## **MODO DE DISPUTA:**

Aberto

## **PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

Nos termos do Art. 44 da lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

## **DATA DO EDITAL**

24/04/2026



Sumário

1.	DO OBJETO .....	3
2.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
3.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	5
4.	DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	6
5.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	8
6.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .....	9
7.	DA FASE DE JULGAMENTO .....	12
8.	DOS RECURSOS .....	14
9.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	15
10.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	17
11.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	17



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA**  
**CONCORRÊNCIA Nº 03/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 24/2026**

Torna-se público que o MUNICÍPIO DE DOURADOQUARA/MG, inscrito no CNPJ Nº 18.158.261/0001-08, por meio do setor de Licitações, com endereço à Avenida Antônio Davi Ramos, nº 340 – Centro, através do agente de contratação e equipe de apoio designados pela Portaria nº 001/2026, realizará licitação na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021; Decreto Municipal nº 001 de 01 de Janeiro de 2024 que Regulamenta a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, Decreto Municipal nº 009 de 20 de Fevereiro de 2025, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da Administração Pública do Município de Douradoquara/MG, Decreto Municipal nº 001, de 01 de Janeiro de 2024, que dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública municipal e autárquica, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

Nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento para o objeto: A presente licitação tem por objeto a Contratação de empresa especializada para execução de obra de **pavimentação asfáltica em CBUQ**, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos, no Loteamento Bela Vista, no município de Douradoquara/MG.

1.1. A licitação será realizada em único item, cujo regime de execução do contrato será EMPREITADO POR PREÇO GLOBAL.

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados na Plataforma LICITANET – Licitações Eletrônicas ([www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)). (art. 5º, II,)

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do



órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sistema relacionado no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.



2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação antecederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

#### **3.2. Justificativa para a Inversão da Ordem das Fases - Habilitação Preliminar à Apresentação de Propostas:**

3.2.1. Conforme disposto no §1º e §2º do art. 32 do Decreto Municipal nº 001, de 01 de Janeiro de 2024, que regulamenta, no âmbito do Município de Douradoquara/MG, a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e nos termos do §1º do art. 17 da referida Lei Federal, a presente licitação adotará, de forma excepcional e devidamente justificada, a inversão da ordem tradicional das fases do processo licitatório, com a realização da fase de habilitação previamente à fase de apresentação de propostas ou lances.

3.2.2. A motivação para essa escolha se dá em razão da natureza técnica da contratação, que envolve a execução de serviços de engenharia — mais especificamente, a construção de calçadas com rampas de acessibilidade — exigindo-se, portanto, maior rigor quanto à qualificação técnica e jurídica das licitantes. Ao promover a análise prévia da documentação de habilitação, a Administração busca:

a) Evitar o retrabalho e o prolongamento do procedimento licitatório decorrentes da eventual desclassificação posterior de licitantes não habilitadas;



- b) Reduzir riscos de contratação de empresas sem a devida capacidade técnica ou regularidade jurídica e fiscal, garantindo maior segurança jurídica e administrativa;
- c) Otimizar os recursos públicos ao promover a seleção de propostas apenas entre licitantes previamente qualificadas, assegurando a execução adequada do objeto contratado;
- d) Assegurar a celeridade e a eficiência do certame, alinhando-se aos princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, notadamente os da eficiência, economicidade, interesse público e planejamento.

3.2.3. Dessa forma, a inversão das fases encontra-se expressamente prevista no instrumento convocatório e se justifica plenamente diante das peculiaridades do objeto licitado e da necessidade de garantir a boa execução contratual, o que se coaduna com os ditames legais aplicáveis.

3.3. Os documentos previstos no **Termo de Referência e no Projeto Básico**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

3.4.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

3.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão de imprensa oficial.

3.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

3.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.9. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.



- 3.9.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado por telefone no Setor de Engenharia (34) 9 9923-9885, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.
- 3.9.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 3.10. A habilitação será verificada por meio da plataforma Licitanet, nos documentos por ele abrangidos.
- 3.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).
- 3.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Licitanet e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).
- 3.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, *parágrafo único*).
- 3.12. A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 3.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Licitanet serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação/Comissão.
- 3.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 3.13. Uma vez que as fases de apresentação de proposta e lances serão invertidas com a fase de habilitação a verificação da documentação no Licitanet ou a exigência dos documentos nele não contidos será feita em relação a todos os licitantes.
- 3.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Projeto Básico/Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 3.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 3.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):
- 3.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e





3.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

3.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

3.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 3.12.1.

3.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

3.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação antecederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

##### **4.2. Garantia de Proposta**

4.2.1. Nos termos do art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021, poderá ser exigida, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento de quantia a título de **garantia de proposta**, como requisito de pré-habilitação. Diante disso, a Administração exigirá a apresentação de **garantia de proposta no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação**, o que totaliza **R\$ 13.719,49 (Treze mil setecentos e dezenove reais e quarenta e nove centavos)**.

4.2.2. A exigência se justifica como **medida de proteção ao interesse público**, visando assegurar a seriedade das propostas apresentadas, evitar desistências injustificadas e promover maior comprometimento das licitantes com o certame.

4.2.3. A garantia poderá ser prestada por qualquer uma das modalidades previstas nos incisos I a IV do §1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021:

- Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- Seguro-garantia;
- Fiança bancária;
- Título de capitalização custeado por pagamento único.

4.2.3.1. Nos casos de **caução em dinheiro**, o valor referente à garantia de proposta deverá ser obrigatoriamente depositado na seguinte conta bancária da Prefeitura Municipal de Douradoquara/MG:

- **Banco do Brasil**
- **Agência: 0366-2**
- **Conta: 70.799-6**
- **Titularidade: Município de Douradoquara – MG**





4.2.4. A comprovação da prestação da garantia será exigida como **requisito de habilitação**, devendo constar junto à documentação da fase habilitatória.

4.3. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.4. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.12.1 deste Edital.

4.5. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.5.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.5.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.5.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.6. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.7. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.8.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.8.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.



- 4.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.13.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.13.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.14.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.14.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. **Valor unitário de cada item que compõe a Planilha Orçamentária** do processo.
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.



5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.10.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 3.9.

5.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.



- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR GLOBAL**.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior ou percentual de desconto superior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 2% (dois por cento).
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.



6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:



6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a **proposta adequada ao último lance ofertado** após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).



7.1.4. Podendo ainda ser a consulta realizada em quaisquer outros órgãos competentes, novas plataformas e ou novas ferramentas a fim de consolidar tais consultas.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação/Comissão verificará se faz jus ao benefício.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. Contiver vícios insanáveis;

7.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico/Termo de Referência;

7.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:





7.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

7.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.



7.14. Caso o Projeto Básico/Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Projeto Básico/Termo de Referência.

## **8. DOS RECURSOS**

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

8.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



- 8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

## **9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

- 9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 9.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;
- 9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
- 9.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 9.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 9.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 9.1.2.4. Deixar de apresentar amostra; ou
- 9.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 9.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 9.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 9.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 9.1.5. Fraudar a licitação
- 9.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 9.1.6.1. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 9.1.6.2. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 9.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 9.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 9.2.1. Advertência;
- 9.2.2. Multa;
- 9.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e
- 9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 9.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.
- 9.3.2. As peculiaridades do caso concreto;



- 9.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 9.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 9.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica na Plataforma [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/ Comissão.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) e [www.douradoquara.mg.gov.br](http://www.douradoquara.mg.gov.br)

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 11.11.1. ANEXO I – Termo de Referência
- 11.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato
- 11.11.3. ANEXO III – Projeto(s)
- 11.11.4. ANEXO IV – Planilha Orçamentária
- 11.11.5. ANEXO V – Composição do BDI
- 11.11.6. ANEXO VI – Cronograma Físico-financeiro
- 11.11.7. ANEXO VII – Memória de Cálculo
- 11.11.8. ANEXO VIII – Memorial Descritivo

Douradoquara, 24 de Abril de 2026.

André Batista de Oliveira  
Secretária Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Infraestrutura.



# **ANEXO I**

## **TERMO DE REFERÊNCIA**





## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

03/2026

#### PROCESSO

24/2026

#### CONTRATANTE

Município de Douradoquara/MG - CNPJ Nº 18.158.261/0001-08

#### 1. OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a Contratação de empresa especializada para execução de obra de **pavimentação asfáltica em CBUQ**, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos, no Loteamento Bela Vista, no município de Douradoquara/MG.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formados pelos itens constantes da planilha orçamentária no Projeto Básico/Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem o grupo, ou seja, execução do contrato será: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

#### 2. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação visa atender à necessidade do Município de Douradoquara/MG. As intervenções têm por finalidade A contratação se justifica pela necessidade de execução da pavimentação das vias do Loteamento Bela Vista, que atualmente já dispõe de infraestrutura hidrossanitária implantada (rede de água e esgoto), porém encontra-se sem revestimento.

A ausência de pavimentação compromete:

- A trafegabilidade;
- A segurança dos usuários;
- A qualidade de vida da população;
- O desenvolvimento urbano da área.

A obra visa complementar a infraestrutura existente, promovendo melhores condições de mobilidade, salubridade e valorização urbana.

2.2. A contratação tem como objetivos principais:

2.2.1. Garantir acessibilidade e a mobilidade rural;

2.2.2. Atender às exigências legais sobre acessibilidade em vias rurais do município;

2.2.3. Evitar riscos jurídicos e administrativos, por meio da observância aos requisitos técnicos e legais pertinentes;

2.2.4. Aplicar com eficiência e economicidade os recursos públicos vinculados ao repasse federal.



2.3. Considerando a complexidade e a especificidade dos serviços de engenharia, a execução de Pavimentação asfáltica, exige-se a contratação de empresa tecnicamente capacitada, com experiência comprovada na execução de obras similares e aptidão para cumprir os padrões técnicos exigidos no projeto básico e demais peças que compõem o processo.

2.4. A licitação será conduzida na modalidade Concorrência Eletrônica, com critério de julgamento do menor preço global, adotando-se, de forma motivada, a inversão da ordem das fases, com habilitação prévia à apresentação das propostas, conforme autorização prevista no Conforme disposto no §1º e §2º do art. 32 do Decreto Municipal nº 001, de 01 de Janeiro de 2024e no §1º do art. 17 da Lei Federal nº 14.133/2021.

### **3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

3.1. A presente contratação encontra amparo legal nos dispositivos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que institui o novo regime jurídico das licitações e contratos administrativos, especialmente nos artigos:

3.1.1. Art. 11 – que estabelece os objetivos da contratação pública, incluindo assegurar o resultado de interesse público e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável;

3.1.2. Art. 6º, inciso XX, que define o Termo de Referência como documento necessário para instrução do processo licitatório;

3.1.3. Art. 18, que exige a descrição da necessidade da contratação e dos resultados pretendidos;

3.1.4. Art. 19, que trata do planejamento da contratação, incluindo os estudos técnicos preliminares e a elaboração do termo de referência.

3.2. Todos os materiais utilizados deverão estar de acordo com as normas da **ABNT**, **DNIT**, e demais normas técnicas aplicáveis.

3.3. As obras devem obedecer ao projeto executivo fornecido pela administração pública.

3.4. A execução deve respeitar os prazos e diretrizes técnicas exigidas pelo ente repassador e pela legislação vigente. Portanto, a contratação justifica-se pela obrigatoriedade legal, pela necessidade de promover e garantir acessibilidade aos usuários.

### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS**

4.4. A solução a ser adotada compreende a execução de obras de pavimentação **asfáltica em CBUQ**, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos, no Loteamento Bela Vista, no município de Douradoquara/MG, conforme definido nos projetos, planilhas e memoriais que integram este Termo de Referência. A intervenção está voltada com finalidade de garantir a segurança do tráfego, melhorar a infraestrutura de mobilidade rural, assegurar o escoamento da produção agrícola e promover o desenvolvimento socioeconômico local.

4.5. Ciclo de Vida do Objeto

4.5.01. Considera-se o ciclo de vida do objeto em sua totalidade, desde o planejamento até a operação plena da infraestrutura, compreendendo as seguintes



## PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

AV. ANTÔNIO DAVI RAMOS, 340-CENTRO

38.530-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS - CNPJ – 18.158.261/0001-08

etapas:

- a) Projeto e planejamento executivo (já concluído pela Administração);
- b) Execução das obras civis, conforme projeto básico aprovado e demais especificações técnicas;
- c) Entrega definitiva da obra, com a devida certificação de conformidade;
- d) Garantia contratual sobre os serviços executados, conforme previsto no art. 115 da Lei nº 14.133/2021, incluindo reparos ou correções necessárias dentro do prazo contratual de responsabilidade;
- e) Manutenção preventiva e corretiva mínima, dentro do escopo da garantia legal, com o objetivo de preservar a funcionalidade e integridade do objeto contratado.

#### 4.6. Especificação dos Itens

4.6.01. Os serviços a serem contratados envolvem, de forma geral, os seguintes itens:

- a) Serviços preliminares, incluindo mobilização e implantação de canteiro;
- b) Limpeza da área e locação topográfica;
- c) Execução de movimento de terra, com abertura de caixa, regularização e compactação do subleito;
- d) Execução de base em material granular (cascalho), incluindo espalhamento e compactação;
- e) Aplicação de imprimação;
- f) Execução de camada de rolamento em CBUQ, com espessura de 3,0 cm;
- g) Execução de meio-fio e sarjeta;
- h) Execução de sinalização horizontal e vertical;
- i) Serviços complementares e desmobilização. j) **Elaboração de registros fotográficos, relatórios de execução e documentação técnica** exigida para acompanhamento da fiscalização e recebimento da obra.
- j) As quantidades e detalhes específicos de cada item estão definidos na Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro, Projeto Executivo, Memorial Descritivo e demais documentos técnicos que integram este Termo de Referência.
- k) Todos os serviços deverão seguir rigorosamente os parâmetros definidos nas normas da ABNT, bem como nas legislações federal, estadual e municipal aplicáveis à execução de obras públicas e à acessibilidade urbana e ainda conforme o edital e seus anexos.

#### • REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- a) Para garantir a adequada execução dos serviços de engenharia, a empresa contratada deverá atender aos seguintes requisitos mínimos:
  - Qualificação Técnica e Estrutural
- a) Comprovar experiência anterior na execução de obras de natureza e complexidade semelhantes, por meio de **atestado(s) de capacidade técnica** emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, devidamente registrados no CREA ou CAU, conforme aplicável;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG**

AV. ANTÔNIO DAVI RAMOS, 340-CENTRO

38.530-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS - CNPJ – 18.158.261/0001-08

- b) Comprovar a disponibilidade de **engenheiro civil responsável técnico**, com registro ativo e regular no CREA;
- c) Dispor de **equipe técnica capacitada e compatível** com as atividades a serem executadas;
- d) Possuir ou dispor, no momento da execução, de **máquinas, equipamentos e ferramentas adequados**, compatíveis com a execução dos serviços descritos no projeto.
  - **Materiais e Execução**
    - a) Utilizar materiais de primeira linha e conforme as especificações técnicas constantes do projeto básico e memorial descritivo;
    - b) A execução dos serviços deverá seguir rigorosamente os padrões técnicos exigidos pelas normas da ABNT, DNIT, além de outros regulamentos aplicáveis.
  - **Prazos e Condições Contratuais**
    - a) O prazo para **início da execução dos serviços será de até 05 (cinco) dias corridos** após o recebimento da Ordem de Serviço;
    - b) O prazo estimado para **conclusão total dos serviços é de até 03 (três) meses**, conforme o cronograma físico-financeiro;
    - c) A **vigência do contrato** será de 12 meses a contar da data de assinatura, ou até a conclusão final dos serviços, prevalecendo o que ocorrer primeiro;
    - d) A empresa deverá assumir **responsabilidade integral pela segurança dos trabalhadores e pela sinalização das áreas em intervenção**, durante toda a execução do objeto.
  - **Garantias e Responsabilidades**
    - a) Prestar **garantia contratual no valor de 5%** sobre o valor global da contratação, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021;
    - b) Reparar, sem ônus adicional para a Administração, quaisquer falhas, defeitos ou vícios identificados durante a vigência da garantia legal dos serviços;
    - c) Manter durante toda a execução contratual as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- **Indicação de marcas ou modelos (Art. 41. inciso I. da Lei nº 14.133. de 2021):**
  - a) Não se aplica. (o município não indica nenhuma marca específica)
- **Da vedação de contratação de marca ou produto**
  - a) Não se aplica. (o município não exclui nenhuma marca específica)
- **Da exigência de amostra**
  - a) Não se aplica.
- **Da exigência de carta de solidariedade**
  - a) Não se aplica.
- **Da exigência de Subcontratação**
  - a) Não se aplica.

- **GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG**

AV. ANTÔNIO DAVI RAMOS, 340-CENTRO

38.530-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS - CNPJ – 18.158.261/0001-08

**a)** Sim, com fundamento no art. 96 da mesma Lei, a Administração exigirá a prestação de garantia contratual por parte da empresa vencedora, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global da contratação, a ser apresentada antes da assinatura do contrato, no intuito de assegurar o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais.

**b)** "Considerando o valor total estimado de R\$ 1.371.949,15 (Hum milhão trezentos e setenta e um mil novecentos e quarenta e nove reais e quinze centavos), a garantia contratual será no valor de R\$ 68.597,46 (Sessenta e oito mil quinhentos e noventa e sete reais e quarenta centavos). Entretanto, o valor da garantia contratual deverá ser ajustado conforme o valor final homologado para a empresa vencedora."

**c)** A garantia poderá ser prestada por qualquer uma das modalidades previstas nos incisos I a IV do §1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021:

- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- b) Seguro-garantia;
- c) Fiança bancária;
- d) Título de capitalização custeado por pagamento único.

**d)** Nos casos de caução em dinheiro, o valor referente à garantia de proposta deverá ser obrigatoriamente depositado na seguinte conta bancária da Prefeitura Municipal de Douradoquara/MG:

- a) Banco do Brasil
- b) Agência: 0366-2
- c) Conta: 70.799-6
- d) Titularidade: Município de Douradoquara – MG

**e)** Justificativa: A exigência de garantias visa proporcionar maior segurança jurídica e contratual à Administração Pública, evitando prejuízos em caso de descumprimento contratual, atrasos ou inexecução parcial ou total do objeto licitado. Trata-se de instrumento legítimo de mitigação de riscos, especialmente em contratos que envolvem obras públicas, como é o caso da construção de calçadas com rampas de acessibilidade, cujo cumprimento integral é essencial à mobilidade urbana e à inclusão de pessoas com deficiência.

**f)** A parte adjudicatária deverá apresentar a garantia contratual, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

• **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**a)** A execução dos serviços será realizada por empresa especializada contratada, sob a supervisão da Secretaria Municipal de Obras, conforme cronograma físico-financeiro e plano de trabalho previamente aprovado, em estrita conformidade com as especificações técnicas constantes do Projeto Básico e demais documentos.

**b)** Os serviços deverão ser executados com observância às normas técnicas



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG**

AV. ANTÔNIO DAVI RAMOS, 340-CENTRO

38.530-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS - CNPJ – 18.158.261/0001-08

vigentes da ABNT, DNIT especialmente aqueles referentes à acessibilidade urbana, utilizando materiais de primeira qualidade e mão de obra qualificada. A contratada deverá seguir rigorosamente as diretrizes de engenharia contidas nos projetos e memoriais descritivos fornecidos, sendo responsável por todo o gerenciamento, fornecimento de materiais, transporte, equipamentos, ferramentas e demais recursos necessários para a perfeita execução da obra.

**c)** O início dos serviços deverá ocorrer em até 05 (cinco) dias após a emissão da Ordem de Serviço pela Administração, e o prazo para conclusão da obra será de até 03 (três) meses, conforme cronograma de execução previsto. As intervenções serão realizadas preferencialmente em dias úteis e em horário comercial, salvo autorização expressa da Administração para execução em turnos alternativos.

**d)** A contratada deverá manter equipe técnica no local durante a execução dos serviços, composta por profissionais habilitados, incluindo responsável técnico legalmente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, que deverá acompanhar e responder tecnicamente pela obra até sua conclusão.

**e)** A contratação dar-se-á sob o regime de empreitada por preço global, conforme estabelecido na Lei nº 14.133/2021.

• **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**a)** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências da inexecução total ou parcial do ajuste.

**b)** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato por motivos formais ou supervenientes, o cronograma de execução será automaticamente prorrogado pelo tempo correspondente à interrupção, mediante simples apostilamento no processo administrativo.

**c)** As comunicações entre a Administração e a empresa contratada deverão ser realizadas preferencialmente por escrito, admitindo-se, sempre que cabível, a utilização de mensagens eletrônicas para registro e celeridade na condução dos atos administrativos e operacionais. O Município poderá convocar o representante legal da empresa para adoção de providências que demandem cumprimento imediato.

**d)** Após a assinatura do contrato, a Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Infraestrutura poderá convocar o representante da empresa contratada para uma reunião inicial de alinhamento, visando à apresentação do plano de fiscalização e acompanhamento, que conterá as diretrizes técnicas, obrigações contratuais, estratégias para execução do objeto, método de aferição dos resultados e sanções cabíveis.

**e)** Da Fiscalização:

- A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um ou



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG**

AV. ANTÔNIO DAVI RAMOS, 340-CENTRO

38.530-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS - CNPJ – 18.158.261/0001-08

mais fiscais designados formalmente pela Administração, conforme dispõe o art. 117 da Lei nº 14.133/2021. Cabe ao(s) fiscal(is):

- Acompanhar a execução contratual, assegurando o cumprimento de todas as condições estabelecidas;
- Registrar, no histórico de gerenciamento do contrato, todas as ocorrências relacionadas à execução, com a descrição das medidas de correção necessárias;
- Notificar a contratada sobre qualquer irregularidade ou descumprimento, estabelecendo prazo para correção;
- Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, sobre situações que exijam medidas fora de sua alçada;
- Comunicar ao gestor qualquer fator que possa comprometer a execução contratual nos prazos estabelecidos;
- Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhar a execução financeira (empenho e pagamento), garantias contratuais, glosas, apostilamentos e eventuais aditivos;
- Atuar de forma preventiva e corretiva sempre que ocorrer descumprimento de obrigações contratuais, reportando ao gestor quando necessário.

**f)** A fiscalização obedecerá também às rotinas e controles próprios da Secretaria requisitante.

**g)** Da Gestão do Contrato:

**h)** A gestão do contrato será exercida por servidor designado para tal finalidade, com responsabilidade de coordenar e manter atualizado o histórico da execução, contendo todos os registros formais pertinentes, tais como: ordem de serviço, alterações, prorrogações, ocorrências e relatório final.

**i)** Cabe ao gestor:

- Acompanhar os registros efetuados pelos fiscais quanto às ocorrências contratuais e medidas adotadas;
- Verificar e atestar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho e liquidação da despesa;
- Elaborar relatório com a avaliação dos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao desempenho da contratada, conforme indicadores previamente definidos;
- Registrar eventuais penalidades aplicadas, que deverão constar no cadastro de desempenho contratual;
- Encaminhar para a autoridade competente os casos que demandem processo administrativo de responsabilização, conforme art. 158 da Lei nº 14.133/2021;
- Emitir relatório final sobre a consecução dos objetivos da contratação, sugerindo, se necessário, medidas de aperfeiçoamento dos





**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG**

AV. ANTÔNIO DAVI RAMOS, 340-CENTRO

38.530-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS - CNPJ – 18.158.261/0001-08

procedimentos administrativos;

- Encaminhar ao setor de contratos toda a documentação necessária para a liquidação e pagamento, conforme avaliação técnica e gestão contratual.

• **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, ACEITAÇÃO E DE PAGAMENTO:**

a) A medição dos serviços será realizada com base no cronograma físico-financeiro pactuado contratualmente, observando-se a execução integral das etapas previstas no projeto e no orçamento aprovado, em conformidade com a metodologia de contratação adotada – empreitada por preço global.

b) As medições serão efetuadas periodicamente, conforme o avanço físico da obra, e desde que devidamente comprovadas por meio de:

- Relatório técnico detalhado;
  - Registro fotográfico detalhado, com imagens em boa resolução e legenda explicativa, evidenciando a execução de cada etapa e a conformidade com os projetos e especificações técnicas. As imagens deverão conter data e identificação da frente de serviço registrada, podendo ser apresentadas em meio digital ou impresso, conforme solicitado pela fiscalização;
  - Apresentação da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), conforme o caso;
- Validação pelo fiscal designado pela Administração.
  - c) Será obrigatória a manutenção e apresentação do Diário de Obra, em meio físico ou digital, devidamente preenchido diariamente pelo responsável técnico da contratada e assinado pelo fiscal do contrato, contendo registros detalhados das atividades executadas, condições climáticas, equipe alocada, equipamentos utilizados, ocorrências relevantes, inspeções realizadas e quaisquer fatos que interfiram na execução contratual. Esse documento será peça essencial para a conferência das medições e a validação dos serviços executados.
  - d) Somente serão aceitas para fins de medição e posterior pagamento as etapas executadas em conformidade com as especificações técnicas do projeto, com as normas da ABNT e demais exigências contratuais e legais.
  - e) A aceitação dos serviços será formalizada após vistoria técnica e emissão de atesto pelo(s) fiscal(is) do contrato, certificando que os serviços atendem integralmente às exigências contratuais, legais e técnicas.
  - f) O pagamento será realizado conforme as etapas efetivamente executadas e atestadas, mediante apresentação da respectiva nota fiscal, acompanhada da seguinte documentação obrigatória:
    - Boletim de medição validado pelo fiscal do contrato;
    - Cópia do Diário de Obra atualizado e assinado;
    - Relatório fotográfico detalhado, conforme exigido;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG**

AV. ANTÔNIO DAVI RAMOS, 340-CENTRO

38.530-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS - CNPJ – 18.158.261/0001-08

- Nota fiscal compatível com o valor medido;
  - Comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada;
  - Certidão de regularidade perante o CREA ou CAU;
  - Certidões negativas de débitos com o FGTS e INSS;
  - Outros documentos que venham a ser exigidos pela Administração.
- g)** O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da entrega da documentação fiscal e técnica exigida, devidamente conferida e aprovada, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 e no contrato firmado.
- h)** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- i)** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial (declaração do simples nacional), de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- j)** Antecipação de pagamento: Não haverá antecipação do pagamento.
- k)** Cessão de crédito: Não se aplica.
- **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
    - a)** A contratada deverá executar o objeto do contrato em conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência, no projeto aprovado, nas normas técnicas pertinentes e nas legislações aplicáveis, sendo suas responsabilidades as seguintes:
    - b)** Execução dos Serviços:
      - A contratada deverá realizar os serviços de acordo com o projeto, cronograma e orçamento previamente estabelecidos, assegurando que todos os serviços sejam prestados com a máxima qualidade, dentro dos prazos e conforme as especificações técnicas.
      - É responsabilidade da contratada a gestão e a execução de todos os trabalhos de campo, incluindo a contratação de pessoal especializado, a compra de materiais e equipamentos necessários e o cumprimento das normas de segurança do trabalho.
    - c)** Licenciamento e Alvarás:
      - A contratada deverá obter todas as licenças e alvarás necessários à execução dos serviços, incluindo, mas não se limitando a, alvarás de construção, ambientais e de trânsito, quando for o caso, arcando com todos os custos associados.
    - d)** Responsabilidade Técnica:
      - A contratada deverá manter profissionais legalmente habilitados para o acompanhamento da execução dos serviços, conforme exigido pelas



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG**

AV. ANTÔNIO DAVI RAMOS, 340-CENTRO

38.530-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS - CNPJ – 18.158.261/0001-08

normativas do CREA ou CAU. O responsável técnico deverá assinar todos os documentos pertinentes, incluindo os boletins de medição e o diário de obra.

**e) Segurança do Trabalho:**

- A contratada deverá observar e implementar todas as normas de segurança no trabalho exigidas pela legislação vigente, incluindo a utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e a elaboração de planos de segurança específicos para a obra.
- O descumprimento das normas de segurança poderá resultar na aplicação de penalidades previstas no contrato, incluindo multas e suspensão dos trabalhos.

**f) Manutenção das Condições de Habilitação:**

- A contratada deverá manter em plena vigência e regularidade todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital durante a execução do contrato, incluindo regularidade fiscal e trabalhista, conforme os documentos apresentados no momento da contratação.
- Caso haja qualquer alteração que implique na perda das condições de habilitação ou qualificação, a contratada deverá comunicar imediatamente à Administração, que poderá adotar as providências cabíveis, inclusive a rescisão contratual.

**g) Cumprimento dos Prazos:**

- A contratada deverá cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos para a execução dos serviços, conforme cronograma físico-financeiro aprovado. Em caso de imprevistos que possam afetar o andamento dos serviços, deverá informar imediatamente o fiscal do contrato, apresentando justificativas e proposta de cronograma atualizado, se necessário.

**h) Qualidade e Conformidade dos Serviços:**

- Todos os serviços executados deverão atender às normas técnicas brasileiras e aos padrões de qualidade exigidos pelo projeto e pelo contrato, estando sujeitos à fiscalização e à aceitação pela Administração, que poderá solicitar correções, retrabalhos ou ajustes conforme necessários.

**i) Responsabilidade pela Subcontratação:**

- A contratada poderá subcontratar serviços ou fornecimento de materiais, desde que autorizado pela Administração e em conformidade com as disposições contratuais. A contratada será a única responsável pela execução do contrato e por quaisquer atos de seus subcontratados, respondendo por eles como se fossem de sua própria responsabilidade.

**j) Garantia dos Serviços:**

- A contratada deverá garantir a qualidade e o bom estado dos serviços prestados por um período mínimo de 12 (doze) meses, contado a



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG**

AV. ANTÔNIO DAVI RAMOS, 340-CENTRO

38.530-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS - CNPJ – 18.158.261/0001-08

partir da aceitação final do objeto, responsabilizando-se por reparos e correções de eventuais defeitos ou falhas decorrentes de sua execução.

**k) Documentação e Relatórios:**

- A contratada deverá fornecer à Administração, sempre que solicitado, toda a documentação necessária para a fiscalização e acompanhamento da execução dos serviços, incluindo relatórios fotográficos, diários de obra e quaisquer outros documentos exigidos.

**l) Responsabilidade Civil e Trabalhista:**

- A contratada será responsável por todos os danos que eventualmente causar à Administração ou a terceiros durante a execução do contrato, sendo obrigada a reparar os danos causados e a manter-se regularmente com as suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais.

**m) Atendimento aos Termos do Contrato e Legislação:**

- A contratada deverá cumprir fielmente todas as cláusulas contratuais e as disposições legais aplicáveis, incluindo a Lei nº 14.133/2021, e qualquer outra regulamentação que seja pertinente à execução do objeto.

**• OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**a)** A Administração Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Obras, se compromete a cumprir com as seguintes obrigações durante a execução do contrato, de modo a assegurar o adequado andamento da obra e o atendimento aos interesses públicos:

▪ **Fornecimento de Informações e Documentos:**

A contratante deverá fornecer à contratada todas as informações, documentos e esclarecimentos necessários à execução dos serviços, incluindo projetos, aprovações, licenças, alvarás e outros elementos necessários para o bom andamento da obra.

▪ **Acompanhamento e Fiscalização:**

. A contratante designará fiscais para acompanhar e monitorar a execução do contrato, garantindo que os serviços sejam realizados conforme as especificações e prazos estabelecidos.

. A fiscalização será realizada de forma contínua, podendo ser feitas vistorias periódicas, acompanhamentos fotográficos, além de reuniões de acompanhamento, conforme necessário.

▪ **Recebimento e Aceitação dos Serviços:**

. A contratante se compromete a realizar a aceitação dos serviços prestados, de acordo com as medições e relatórios apresentados pela contratada, verificando a conformidade com os requisitos técnicos, cronograma e qualidade exigidos.

. Caso sejam identificados defeitos ou serviços não executados de



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG**

AV. ANTÔNIO DAVI RAMOS, 340-CENTRO

38.530-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS - CNPJ – 18.158.261/0001-08

acordo com as especificações, a contratante deverá notificar a contratada para que sejam feitas as correções necessárias.

▪ **Pagamentos:**

. A contratante efetuará os pagamentos à contratada de acordo com as medições e condições previamente estabelecidas, observando o cronograma físico-financeiro e os critérios de medição, aceitação e pagamento definidos no contrato.

. Os pagamentos serão realizados em conformidade com a legislação vigente, especialmente no que diz respeito aos prazos estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

▪ **Apoio Logístico:**

. A contratante poderá fornecer apoio logístico, como fornecimento de água e energia, quando necessário para a execução dos serviços, desde que previamente acordado entre as partes.

▪ **Alterações e Ajustes Contratuais:**

. Caso seja necessário, a contratante poderá solicitar ajustes no cronograma de execução da obra, de acordo com a evolução dos trabalhos e as condições impostas por fatores externos, respeitando as disposições da Lei nº 14.133/2021.

. A contratante também poderá solicitar ajustes no contrato por meio de termos aditivos, sempre que forem identificadas alterações significativas que justifiquem a readequação do objeto ou dos valores contratados.

▪ **Garantia de Acesso à Obra:**

. A contratante garantirá o acesso pleno da contratada às áreas e locais necessários para a execução dos serviços, removendo eventuais obstáculos ou obstáculos temporários, sempre que possível.

▪ **Liberação de Recursos Financeiros:**

. A contratante se compromete a liberar os recursos financeiros necessários para a execução do contrato, conforme os processos orçamentários e de pagamento, em conformidade com o previsto no plano de execução da obra.

▪ **Interação com o CREA e CAU:**

. A contratante se compromete a colaborar com a contratada e com os profissionais registrados no CREA ou CAU, quando necessário, no que diz respeito à regulamentação técnica e à obtenção de registros ou certificações exigidas para a execução da obra.

E) **Apoio em Caso de Impedimentos ou Imprevistos:**

F) A contratante se compromete a tomar as medidas necessárias em caso de impedimentos de ordem administrativa ou



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG**

AV. ANTÔNIO DAVI RAMOS, 340-CENTRO

38.530-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS - CNPJ – 18.158.261/0001-08

externa, como bloqueios de acesso, problemas com fornecedores ou necessidade de mudança no projeto, para garantir o cumprimento dos prazos estabelecidos.

- **Cumprimento das Obrigações Legais:**

. A contratante deverá cumprir todas as suas obrigações legais e contratuais durante a execução do contrato, incluindo o cumprimento das normas ambientais, de segurança e de saúde pública, além de fornecer à contratada a documentação necessária para o cumprimento das exigências legais.

- **FORMA, CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO OU PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

- a) Forma de Seleção do Fornecedor:**

- O procedimento para a contratação será realizado por meio de Concorrência Eletrônica, conforme a Lei nº 14.133/2021 e o Decreto Municipal nº 001/2024. A licitação busca garantir ampla participação das empresas interessadas que atendam aos requisitos estabelecidos no edital e seus anexos, assegurando a competitividade e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.
- A fase de habilitação ocorrerá antes da fase de apresentação das propostas. Apenas as empresas que atenderem integralmente às condições de habilitação estabelecidas no edital terão suas propostas analisadas.
- A análise das propostas será realizada de acordo com a documentação apresentada e a conformidade com os requisitos de qualificação técnica e econômica, sendo desclassificadas as propostas que não atenderem a essas condições.

- b) Critérios de Seleção:**

- O critério de seleção do fornecedor será menor preço global, conforme estabelecido no edital. A proposta com o menor valor será selecionada, desde que atenda integralmente às exigências do Termo de Referência, aos requisitos técnicos e às condições de habilitação estabelecidas no edital.
- As empresas interessadas que atendam aos requisitos do edital e seus anexos terão a oportunidade de participar do certame, que será conduzido em conformidade com a legislação vigente, garantindo igualdade de condições para todos os licitantes.

- c) Garantia da Proposta:**

- A garantia da proposta deverá ser apresentada no momento da habilitação e será anexada na aba específica da plataforma Licitanet, que será utilizada para a realização da sessão eletrônica da concorrência.
- O valor da garantia da proposta será de 1% (um por cento) do valor



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG**

AV. ANTÔNIO DAVI RAMOS, 340-CENTRO

38.530-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS - CNPJ – 18.158.261/0001-08

estimado da Planilha orçamentária, conforme previsto no edital, e poderá ser apresentada por meio de caução em dinheiro, seguro- garantia ou fiança bancária.

- A garantia da proposta será exigida para assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pelo licitante, conforme estabelecido pela Lei nº 14.133/2021.

### **d) Da fase de Disputa:**

- A presente licitação será realizada na modalidade Concorrência Eletrônica, com critério de julgamento menor preço global, e destina-se à execução de obra de **pavimentação asfáltica em CBUQ**, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos, no Loteamento Bela Vista, no município de Douradoquara/MG. Poderão participar da presente licitação as empresas que atenderem a todas as exigências constantes no edital e em seus anexos.
- A sessão pública será conduzida na plataforma eletrônica [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), onde os licitantes deverão apresentar os documentos exigidos e as propostas comerciais, observando que a fase de habilitação ocorrerá previamente à fase de apresentação das propostas.
- As propostas comerciais somente serão analisadas após a habilitação definitiva dos licitantes. A apresentação da garantia da proposta deverá ser feita exclusivamente na aba específica da plataforma Licitanet, sob pena de desclassificação.
- Durante a fase de lances, será observado intervalo mínimo de 2% (dois por cento) em relação ao valor total estimado, conforme previsto no edital. A prestação dos serviços dar-se-á conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato a ser celebrado, observando-se os prazos e especificações constantes no cronograma físico-financeiro aprovado.

### **e) Forma de Fornecimento ou Prestação dos Serviços:**

- O fornecimento de materiais e a prestação dos serviços deverão ser realizados conforme o cronograma de execução aprovado, observando as especificações técnicas, prazos e condições estabelecidas no contrato.
- A contratada deverá disponibilizar toda a mão de obra, equipamentos e materiais necessários para a execução dos serviços, conforme descrito no Termo de Referência e no projeto aprovado.
- A contratada deverá seguir rigorosamente as normas técnicas e de segurança, assegurando que os serviços sejam prestados com a qualidade exigida e que não haja comprometimento da segurança dos trabalhadores e da população durante a execução da obra.
- O fornecimento de materiais e a execução dos serviços deverão ocorrer de forma contínua e sem interrupções, salvo por motivos devidamente justificados e aceitos pela Administração, respeitando o





cronograma acordado.

**f) Exigência de Qualificação Técnica:**

- As empresas interessadas deverão comprovar, no momento da licitação, experiência prévia em serviços de natureza similar aos previstos no objeto do contrato, sendo exigido, como condição mínima, o atestado de capacidade técnica que comprove a realização de obras ou serviços semelhantes em porte e complexidade.
- A qualificação técnica será analisada com base nas informações fornecidas pelos licitantes e no atendimento às exigências previstas no edital e seus anexos. Serão avaliadas as condições técnicas e operacionais da empresa para a execução do objeto contratual.

**g) Exigências Ambientais e de Sustentabilidade:**

- Durante a execução dos serviços, será exigido que a contratada adote práticas sustentáveis, minimizando impactos ambientais e cumprindo com as legislações ambientais vigentes.
- A contratada deverá apresentar um plano de gestão ambiental, caso necessário, para assegurar que os serviços sejam executados de forma a reduzir a geração de resíduos e o consumo de recursos naturais.

**h) Acompanhamento da Execução:**

- A Administração acompanhará a execução do contrato por meio de fiscais designados, que verificarão se a contratada está cumprindo as condições de fornecimento e prestação de serviços, conforme o estabelecido no contrato e nas normativas vigentes.
- A contratada deverá disponibilizar os documentos de acompanhamento e os relatórios exigidos pela Administração, incluindo o diário de obra e os relatórios fotográficos, para garantir a transparência e o acompanhamento contínuo dos serviços prestados.

**• EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO - PARA FINS DE HABILITAÇÃO, DEVERÁ O LICITANTE COMPROVAR OS SEGUINTE REQUISITOS:**

**a) HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG**

AV. ANTÔNIO DAVI RAMOS, 340-CENTRO

38.530-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS - CNPJ – 18.158.261/0001-08

sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

- **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

- **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

- **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

- **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

- Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**b) HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**) ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

- Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);

- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a (**CNDT**) Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

- **FISCAL 01** - Prova de regularidade com a Fazenda **[Municipal/Distrital]** do município domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

- **FISCAL 02** - Prova de regularidade com a Fazenda



[Estadual/Distrital] do estado domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

- **FISCAL 03** - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- **Certidão Simplificada Ou Simplificada Digital da Junta Comercial**, com data de emissão máxima de 90 (Noventa) dias, para fins de comprovação da condição de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP);

**c) QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

- **Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II;
- **Balanco patrimonial**, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
- **índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);**
  - . As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;
  - . Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
  - . Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao SPED.
  - . Caso a empresa licitante apresente resultados inferiores ou igual a



01 (um) em qualquer dos índices de liquidez, Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG), será exigido para fins de habilitação, a **comprovação de patrimônio líquido de 10% do valor total estimado da contratação.**

**d) DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA**

- Um ou mais **ATESTADO (S) DE CAPACIDADE TÉCNICA** da Empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória do objeto da presente licitação, observando-se que tal (is) atestado (s) não seja (m) emitido (s) pela própria empresa ou por empresa do mesmo grupo empresarial. O atestado deverá conter as seguintes informações: Nome, CNPJ e endereço completo do emitente; Descrição do produto fornecido ou serviço prestado; Nome da empresa que prestou (s) o (s) serviço (s); Data de emissão; Assinatura e identificação do signatário.
- Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.
- O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;
- A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 67, §1º).
  - Será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 67, §2º), conforme itens da planilha orçamentária.

**E) REGISTRO OU INSCRIÇÃO DA EMPRESA** na respectiva entidade profissional competente, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, em plena validade.

**F) REGISTRO OU INSCRIÇÃO DO (S) RESPONSÁVEL (EIS) TÉCNICO (S)** na respectiva entidade profissional competente, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, em plena validade.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG**

AV. ANTÔNIO DAVI RAMOS, 340-CENTRO

38.530-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS - CNPJ – 18.158.261/0001-08

- Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.
- Apresentação do(s) profissional(is) técnico(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes.

### **G) DECLARAÇÕES**

- Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- A declaração acima poderá ser substituída pelo atestado de visita técnica caso a licitante opte pela realização da visita.

Apresentação do(s) profissional (is) técnico(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes.

Declaração em modelo próprio indicando o(s) profissional (is) técnico (s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhante

A licitante também deverá preencher a declaração unificada no próprio sistema (plataforma eletrônica – Licitanet);

### **• ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

- a) A estimativa do valor da contratação foi definida Conforme custos unitários apostos na Planilha Orçamentária, o custo estimado R\$ 1.371.949,15 (Hum milhão trezentos e setenta e um mil novecentos e quarenta e nove reais e quinze centavos).
- b) A referida planilha foi elaborada conforme metodologia, parâmetros e composições de custos, utilizando-se, como referência, os valores do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI e SETOP.
- c) Inclui-se na composição do valor estimado o BDI – Bonificação e Despesas Indiretas – fixado em 25,60%, conforme diretriz técnica do projeto aprovado;
- d) Dessa forma, o valor total estimado para a contratação é de R\$ 1.371.949,15 (Hum milhão trezentos e setenta e um mil novecentos e quarenta e nove reais e quinze centavos), correspondendo ao custo global da obra de engenharia voltada à pavimentação asfáltica em CBUQ do Loteamento Bela Vista no Município de Douradoquara/MG.

### **B) ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

A dotação orçamentária consignada para a execução do objeto está prevista na Lei Orçamentária Anual do Município, conforme discriminado a seguir:

- i. Órgão: 02 – Poder Executivo;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG**

AV. ANTÔNIO DAVI RAMOS, 340-CENTRO

38.530-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS - CNPJ – 18.158.261/0001-08

- ii. Entidade: 02 – Prefeitura Municipal;
- iii. Unidade: 45 – Secretaria Municipal de Obras;
- iv. Função: 15 – Urbanismo
- v. Subfunção: 451 – Infra – Estrutura Urbana
- vi. Programa: 1080
- vii. Ação: 1103
- viii. Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00
  - ix. Fonte de Recursos: 1706 – Transferência especial da União e Fonte 1710 – Transferência especial dos Estados
- x. Rubrica Completa: 02.02.45.15.451.1080.1103.4.4.90.51.00
- xi. Descrição: Obras e Instalações de Domínio Público
- xii. Ficha Orçamentária: 290

Essa dotação será utilizada para suportar os encargos financeiros decorrentes da execução da obra de pavimentação asfáltica no Loteamento Bela Vista no Município de Douradoquara/MG, conforme planejamento aprovado no contrato de repasse.

**C) CONSIDERAÇÕES FINAIS**

- a. Este Termo de Referência foi elaborado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 001/2024, e demais normas aplicáveis, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, transparência e interesse público.
- b. A contratação objeto deste instrumento visa atender ao escopo do contrato firmado entre o Estado e o Município de Douradoquara/MG, e deverá obedecer rigorosamente às especificações técnicas, cronograma físico-financeiro, plano de trabalho, projeto básico, bem como às diretrizes e exigências da instituição interveniente.
- c. A Administração se compromete a conduzir o processo licitatório com lisura, isonomia e ampla competitividade, garantindo condições equânimes às empresas interessadas, que deverão cumprir rigorosamente todos os requisitos constantes deste Termo de Referência e demais peças que integram o edital da Concorrência Eletrônica nº 03/2026.
- d. Fica ressalvado que qualquer dúvida de interpretação quanto às exigências e especificações contidas neste Termo de Referência deverá ser formalmente questionada durante o prazo previsto no edital, não sendo admitida alegação de desconhecimento em momento posterior.
- e. Todas as comunicações inerentes ao certame, especialmente aquelas relativas a pedidos de esclarecimentos e eventuais impugnações ao edital, deverão ocorrer exclusivamente por meio da plataforma eletrônica [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), ambiente oficial em que



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG**

AV. ANTÔNIO DAVI RAMOS, 340-CENTRO

38.530-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS - CNPJ – 18.158.261/0001-08

será realizada a sessão pública da licitação.

f. As comunicações futuras entre contratante e contratado ocorrerão por meio eletrônico, utilizando-se preferencialmente o correio eletrônico [licitacaodouradoquara@gmail.com](mailto:licitacaodouradoquara@gmail.com),

inclusive para envio de ordens de serviço, boletins de medição, notas de empenho, notas fiscais, notificações, comunicados e demais documentos pertinentes à execução contratual.

g. As comunicações e notificações provenientes da fiscalização contratual deverão ser encaminhadas diretamente para o endereço eletrônico: [licitacaodouradoquara@gmail.com](mailto:licitacaodouradoquara@gmail.com), sendo este o canal oficial para tratativas relativas à execução e acompanhamento do contrato.

h. Os casos omissos neste Termo de Referência serão resolvidos pela Comissão de Contratação designada, com base na legislação vigente, nos princípios da Administração Pública e nas orientações técnicas da instituição interveniente.

Douradoquara, 24 de Abril de 2026.

André Batista de Oliveira

Secretário Municipal de obras, Serviços Urbanos e Infraestrutura.





# **ANEXO II**

## **MINUTA DE TERMO DE CONTRATO**



**ANEXO II**

**TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../2026**

**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 – Obras**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_/2026**

**CONCORRÊNCIA Nº \_\_\_\_/2026**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../....., QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE DOURADOQUARA/MG, E .....

O Município de Douradoquara com sede na Avenida Antônio Davi Ramos, nº 340, Centro, na cidade de Douradoquara/Estado de Minas Gerais, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 18.158.261/0001-08, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. **FLAVIO RESENDE DE SOUSA**, brasileiro, divorciado, agente político, inscrito no CPF sob o nº 776.585.316-34, residente e domiciliado nesta cidade de Douradoquara-MG, doravante denominado CONTRATANTE, e a pessoa jurídica ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., sediado(a) na ....., nº ....., na cidade de ...../Estado de ..... doravante designado CONTRATADO, neste ato representada por ....., conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº ...../2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente Concorrência nº ...../2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))**

- 1.1. O objeto do presente instrumento é:  
1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					
R\$.....(.....)					

- 1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:  
1.3.1. O Termo de Referência;  
1.3.2. O Edital da Licitação;  
1.3.3. A Proposta do contratado;  
1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.  
1.4. O regime de execução é o de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

**CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de ..... contados do(a) ....., na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.



- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.
- 2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

**CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92. IV, VII e XVIII](#))**

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, Cronograma Físico Financeiro e anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**CLÁUSULA QUINTA – PREÇO ([art. 92. V](#))**

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$..... ( )
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92. V e VI](#))**

- 6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92. V](#))**

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- 7.1.1. O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais.
- 7.1.2. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 7.2. O reajuste será realizado por apostilamento.



**CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE [\(art. 92. X, XI e XIV\)](#)**

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.
- 8.5. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.6. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.7. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 8.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.9. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.10. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 8.14. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 8.15. Exigir do Contratado que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:
  - a) "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;
  - b) laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;
- 8.16. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.
- 8.17. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
- 8.18. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda



que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.19. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

#### **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e



- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));
- 9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));
- 9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.24. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG**

AV. ANTÔNIO DAVI RAMOS, 340-CENTRO

38.530-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS - CNPJ – 18.158.261/0001-08

- 9.25. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- 9.26. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 9.27. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 9.28. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 9.29. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- 9.30. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 9.31. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
- 9.32. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 9.33. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.
- 9.34. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
- 9.35. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.
- 9.36. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 9.37. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do [artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006](#), de:
- a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
  - b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
  - c) florestas plantadas; e
  - d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.
- 9.38. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do [artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010](#), por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes





documentos, conforme o caso:

- a) Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
- b) Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme [artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981](#), e legislação correlata;
- c) Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

9.38.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

9.39. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme [artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010](#), nos seguintes termos:

9.39.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

9.39.2. Nos termos dos [artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002](#), o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

9.39.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

9.39.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

9.39.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.39.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.39.3. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.



9.39.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

9.40. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.40.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na [Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006](#), e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

9.40.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da [Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90](#), e legislação correlata.

9.41. Nos termos do [artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010](#), deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

9.42. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

9.43. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

9.44. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto, bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92. XII](#))**

10.1. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

10.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo



em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

10.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

10.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 10.5 deste contrato.

10.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

10.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

10.6.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

10.6.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

10.6.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

10.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 10.6, observada a legislação que rege a matéria.

10.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica do Município de Douradoquara, com correção monetária.

10.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

10.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

10.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

10.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

10.13. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

10.13.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

10.13.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

10.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração



do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

10.15. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

10.16. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

10.17. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

10.18. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92,](#)**

##### **XIV)**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- iv) **Multa:**
  - (1) Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.
  - (2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- a. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do



contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o [inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021](#).

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa





jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(Ceis\)](#) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92. XIX](#))**

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

12.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3. Indenizações e multas.

12.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131,](#)



caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92. VIII)**

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na(s) dotação(ões) abaixo discriminada(s):

- a) 02.02.045.00015.451.1080.1103.44905100 Ficha 290 – Fonte 1706
- b) 02.02.045.00015.451.1080.1103.44905100 Ficha 290 – Fonte 1710

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92. III)**

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92. §1º)**

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em ....., Seção Judiciária de ..... para dirimir os litígios





**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG**  
AV. ANTÔNIO DAVI RAMOS, 340-CENTRO  
38.530-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS - CNPJ – 18.158.261/0001-08

que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Douradoquara, .... de ..... de 2026.

---

Flávio Resende de Sousa

Representante legal do CONTRATANTE

---

.....  
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

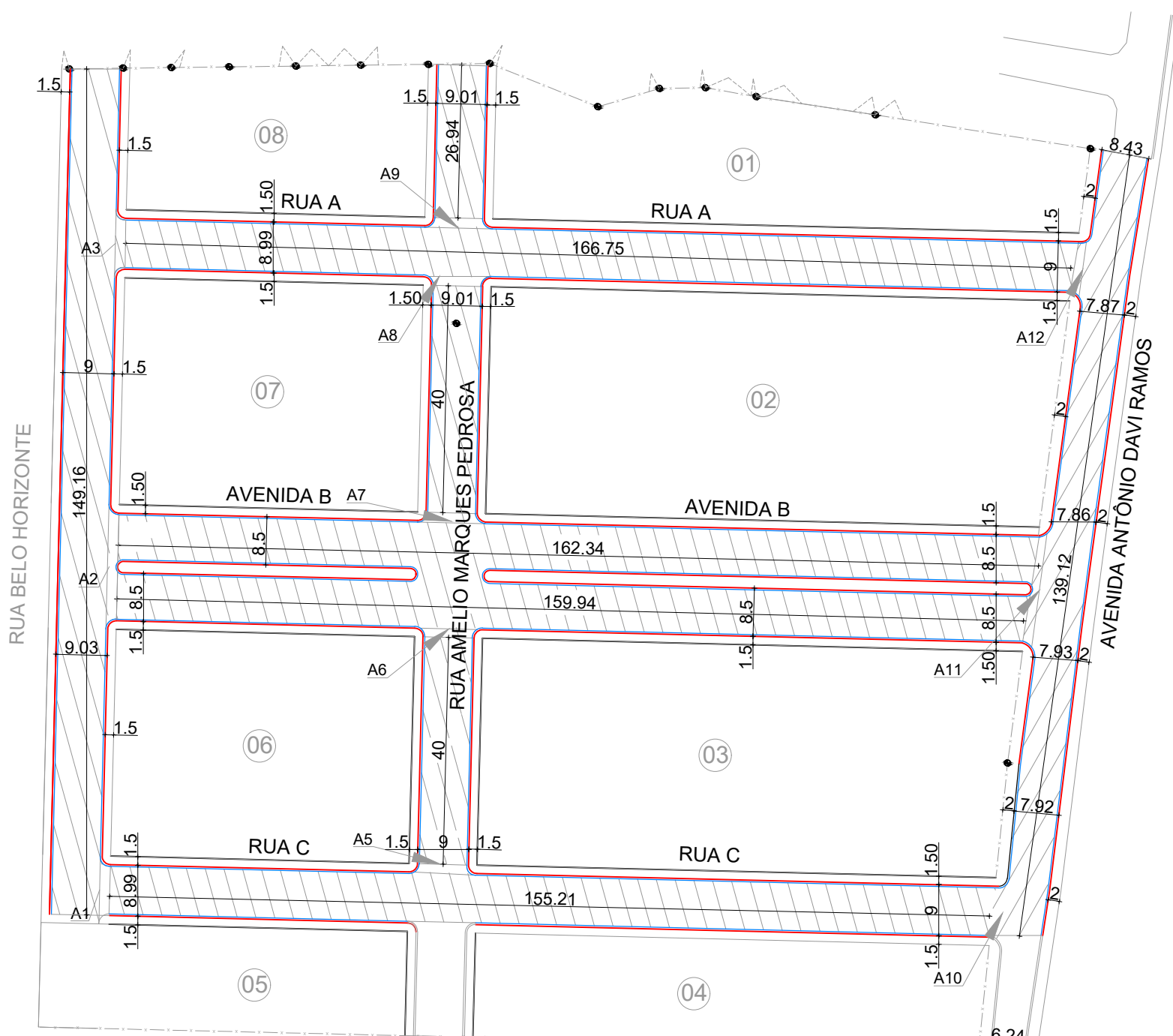
2-



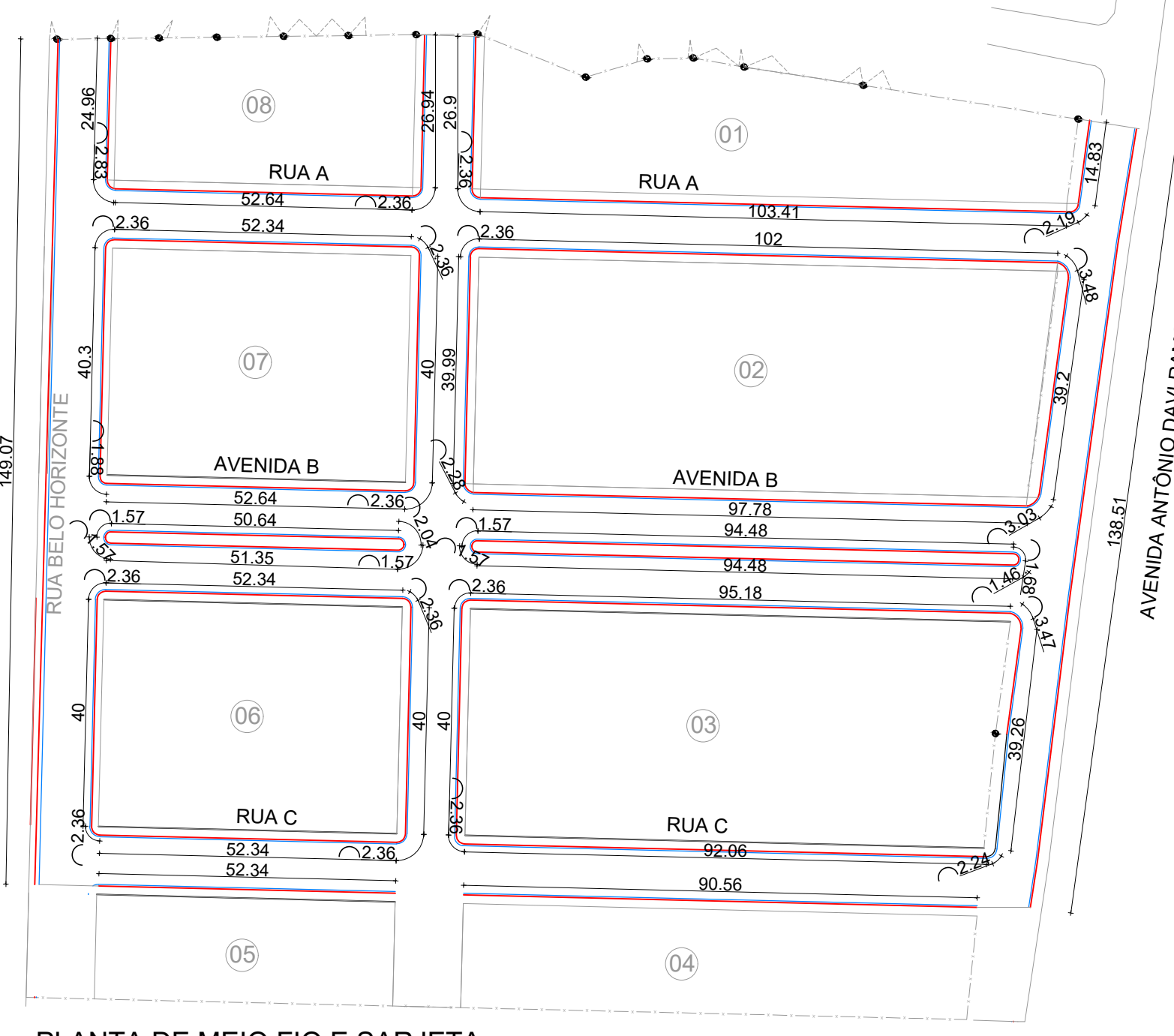
# **ANEXO III**

## **PROJETOS**

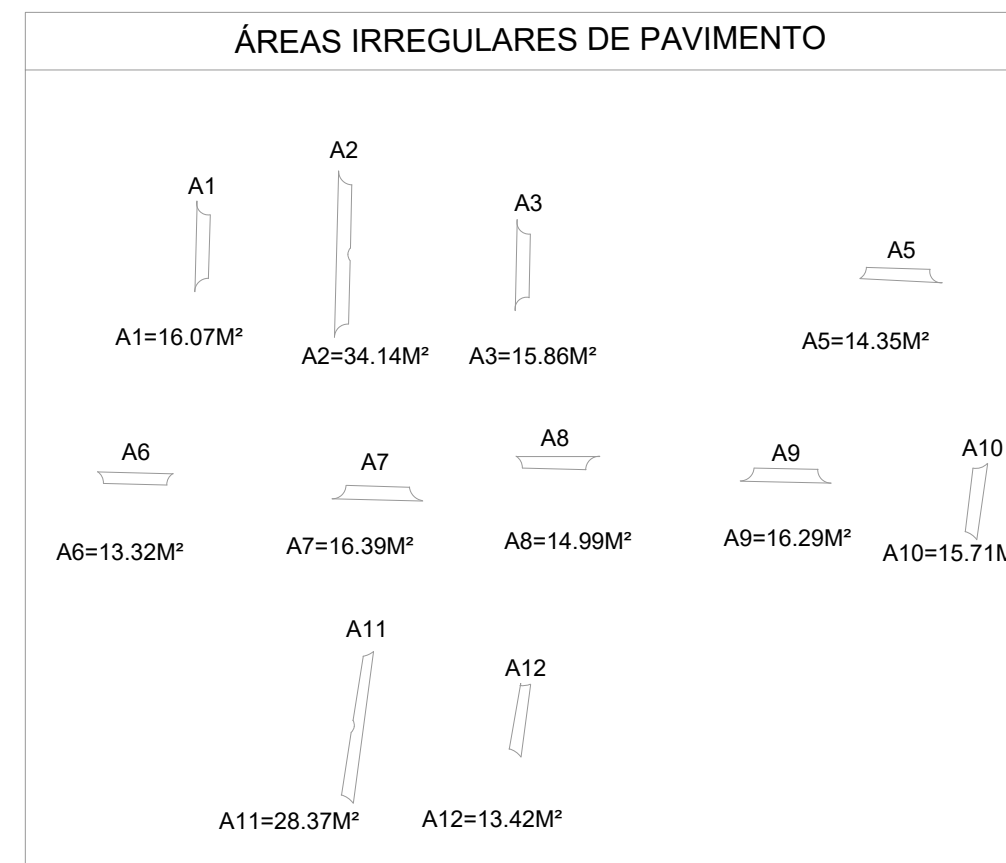




PLANTA DE PAVIMENTAÇÃO  
ESCALA: 1:1000



PLANTA DE MEIO FIO E SARJETA  
ESCALA: 1:1000



QUADRO DE ÁREAS  
ESCALA: 1/1000

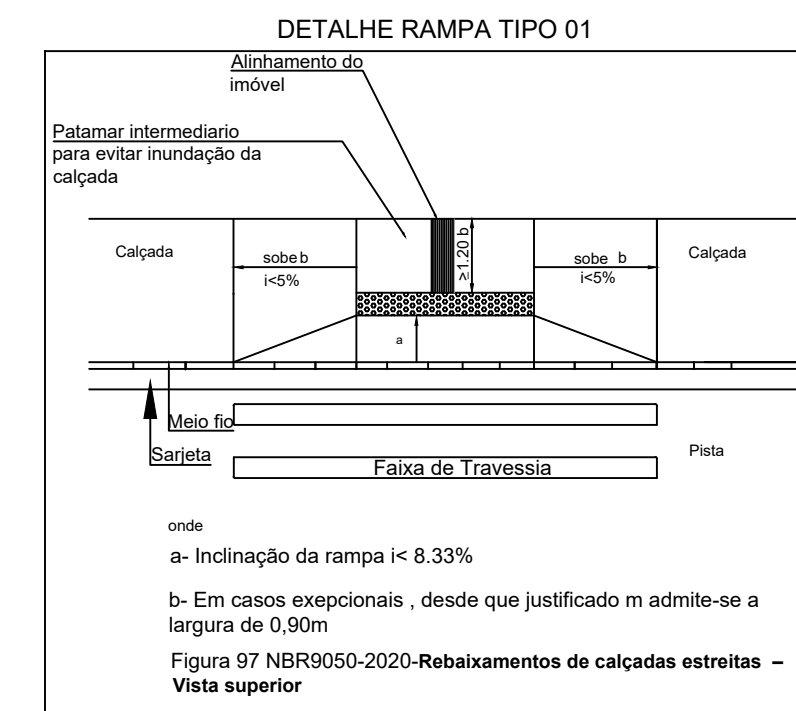
**LEGENDA**

RAMPA ACESSIBILIDADE TIPO 1 - COM REBAIXO TOTAL DE CALÇADA

RAMPA ACESSIBILIDADE TIPO 2 - COM REBAIXO PARCIAL DE CALÇADA

**NOTA:**

R= RAMPA XX  
T1= RAMPA TIPO 1, COM REBAIXO DE CALÇADA ESTREITAS NBR 9050/2020 - ITEM 6.12.7.4 - FIGURA 97  
T2= RAMPA TIPO 2, COM REBAIXO DE CALÇADA NBR 9050/2020 - ITEM 6.12.7.3 - FIGURA 94

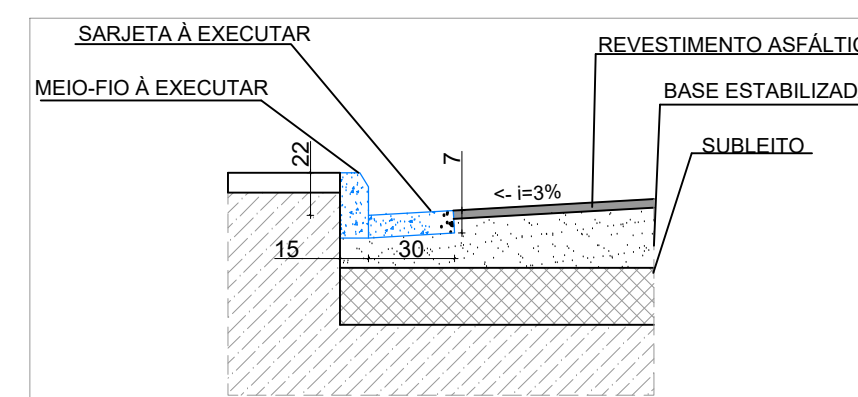


**LEGENDAS**

PAVIMENTAÇÃO EM CBUQ E=3CM

SARJETA A EXECUTAR

MEIO FIO A EXECUTAR



DETALHE MEIO FIO E SARJETA  
SEM ESCALA

**FAIXA DE PEDESTRE**

- TIPO ZEBRADA  
Medidas estabelecidas em função do volume de pedestre e da visibilidade

- TIPO PARALELA

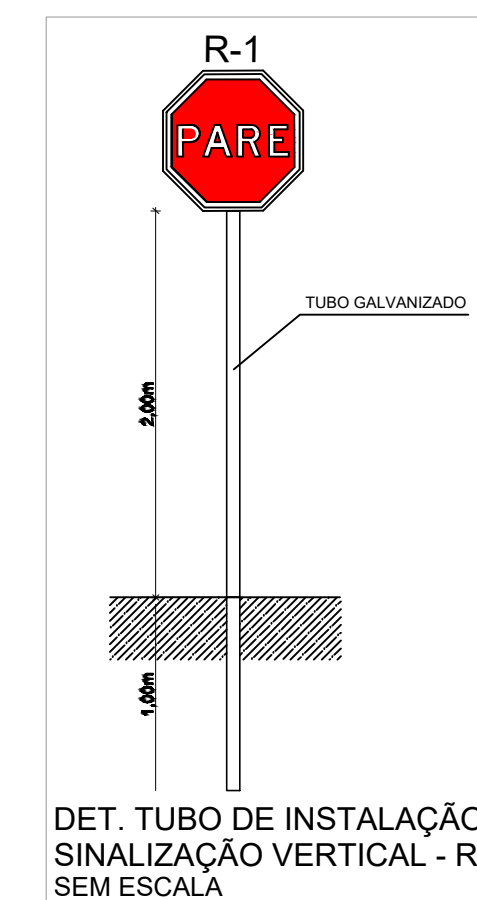
- Largura da faixa - C: mínima - 3,00m  
recomendada - 4,00m

- Largura da faixa - D: mínima - 0,40m  
máxima - 0,60m

- Largura da faixa - E: mínima - 0,60m  
máximo - 1,20m

Este desenho foi elaborado e é distribuído apenas como referência e, portanto, não exclui a necessidade do usuário determinar o correto dimensionamento e detalhamento para sua execução.

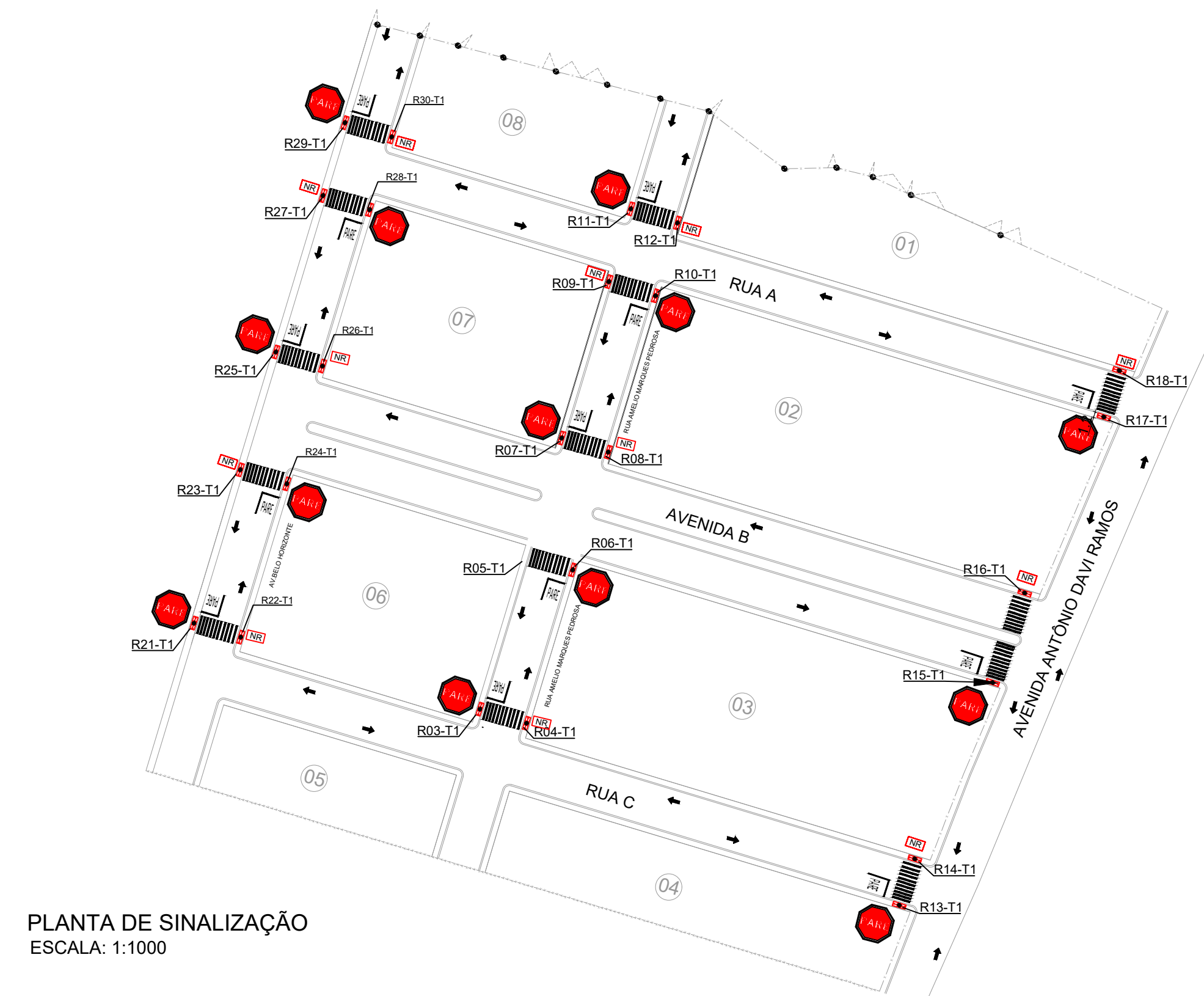
DETALHE FAIXA DE PEDESTRE E PARE  
SEM ESCALA



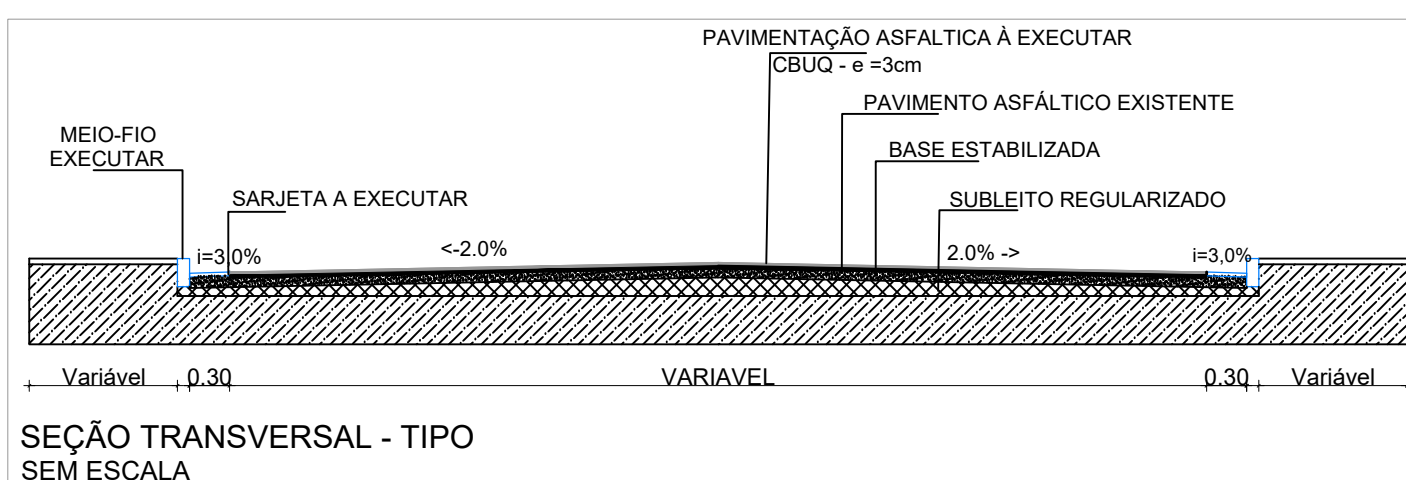
DET. TUBO DE INSTALAÇÃO  
SINALIZAÇÃO VERTICAL - R1  
SEM ESCALA



PLANTA DE SITUAÇÃO  
SEM ESCALA



PLANTA DE SINALIZAÇÃO  
ESCALA: 1:1000



SEÇÃO TRANSVERSAL - TIPO  
SEM ESCALA

QUADRO DE COORDENADAS GEOGRÁFICAS - DOURADOQUARA			
TRECHOS			
ITEM	DESCRIÇÃO	LATITUDE	LONGITUDE
1	LOTEAMENTO BELA VISTA	18°26'13"S	47°36'49"W
2	LOTEAMENTO BELA VISTA	18°26'16"S	47°36'40"W
3	LOTEAMENTO BELA VISTA	18°26'18"S	47°36'51"W
4	LOTEAMENTO BELA VISTA	18°26'21"S	47°36'43"W

**TÍTULO**

**PROJETO INFRAESTRUTURA URBANA**

CREA: OBS:

**ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PARANAÍBA**

AV. ANTÔNIO THOMAZ FERREIRA REZENDE, 3180 - TELEFAX (0xx34)3213-2433  
DISTRITO INDUSTRIAL - CEP. 38.402-349 - UBERLÂNDIA - MINAS GERAIS  
E-mail: amvap@amvapmg.org.br - Home Page: www.amvapmg.org.br  
CREA - 10.595

**PROJETO:** PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CBUQ DO LOTEAMENTO BELA VISTA

**LOCAL:** LOTEAMENTO BELA VISTA - MUNICÍPIO DE DOURADOQUARA - MG

**PROP:** PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA

**ASSINATURAS:**

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA

JOICE ROBERTA RIBEIRO-0132 326643

Assinado de forma digital por JOICE ROBERTA RIBEIRO-0132 326643  
Data: 2024.04.17 10:52:45-05'00'

Projeto - AMVAP Assoc. Munic. Mic. V. do Paranaíba  
Engenheiro Civil: JOICE ROBERTA RIBEIRO  
CREA: MG-104978  
CREA: MG-10.595-D

Processo nº: ART. nº:

**CONTEÚDO:** PLANTA DE PAVIMENTAÇÃO/SINALIZAÇÃO;  
SEÇÃO TRANSVERSAL  
DETALHES, COORDENADAS GEOGRÁFICAS  
LEGENDA

Data: ABRIL/2026  
Folha: ÚNICA  
Escala: INDICADA  
Desenho: JRR

**ARQUITETURA** ESCALA DE PLOTAGEM CONFIGURAÇÃO DAS PENAS

JOICE	INDICADA	RED	YELLOW	GREEN	CYAN	BLUE	MAGENTA	WHITE	11	11	103	285
		0.10	0.20	0.25	0.30	0.40	0.50	0.10	0.10	0.10	0.10	0.10





# **ANEXO IV**

## **PLANILHA ORÇAMENTÁRIA**

**AMVAP - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PARANAÍBA****PLANILHA ORÇAMENTÁRIA**

PROPONENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA				DATA BASE DESONE RADA:	SINAPI - 03/2026 - MINAS GERAIS-SICRO3 - 01/2026 - MINAS GERAIS-SETOP - 01/2026 - MINAS GERAIS-SUDECAP - 10/2025 - MINAS GERAIS-AGETOP CIVIL - 10/2025 - GOIÁS-AGETOP RODOVIARIA - 10/2025 - GOIÁS-EMOP - 02/2026 - RIO DE JANEIRO				
OBRA: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CBUQ DO LOTEAMENTO BELA VISTA									
END.OBRA: LOTEAMENTO BELA VISTA - MUNICÍPIO DE DOURADOQUARA-MG									
DATA: ABRIL/2026				BDI	25,60 %	VALOR TOTAL DA OBRA:		R\$ 1.371.949,15	100%
ITEM	CÓDIGO	BANCO	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	VALOR UNIT. S/BDI	VALOR UNIT. C/BDI	VALOR TOTAL	TOTAL (%)
1			IMPLANTAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CANTEIRO DE OBRAS		1		28.814,68	28.814,68	2,10 %
1.1			SERVIÇO PRELIMINARES		1		9.402,84	9.402,84	0,69 %
1.1.1	103689	SINAPI	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS	M²	4,5	R\$ 362,99	R\$ 455,92	R\$ 2.051,64	0,15 %
1.1.2	COMP-MOB-DOURADOQUARA	PRÓPRIO	MOBILIZAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA SERVIÇO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, INCLUSIVE CONTAINER	UN	1	R\$ 1.944,65	R\$ 2.442,48	R\$ 2.442,48	0,18 %
1.1.3	20.004.0125-0	EMOP	ROCADA MECANICA,COM UTILIZACAO DE ROCADEIRA MECANICA,EXCLUSI VE LIMPEZA DURA E RECOLHIMENTO DE ENTULHO OMPACTADOR LEVE...), INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS GOS SOCIAIS	M²	12271,8	R\$ 0,32	R\$ 0,40	R\$ 4.908,72	0,36 %
1.2			ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CANTEIRO DE OBRAS		1		R\$ 19.411,84	R\$ 19.411,84	1,41 %
1.2.1	90777	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	32	R\$ 132,32	R\$ 166,19	R\$ 5.318,08	0,39 %
1.2.2	90776	SINAPI	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	144	R\$ 57,51	R\$ 72,23	R\$ 10.401,12	0,76 %
1.2.3	00010775	SINAPI	LOCAÇAO DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M, COM 1 SANITARIO, PARA ESCRITORIO, COMPLETO, SEM DIVISORIAS INTERNAS (NAO INCLUI MOBILIZACAO/DESMOBILIZACAO)	MES	3	R\$ 980,00	R\$ 1.230,88	R\$ 3.692,64	0,27 %
2			MOVIMENTO DE TERRA		1		R\$ 408.328,60	R\$ 408.328,60	29,76 %
2.1			ABERTURA DE CAIXA		1		R\$ 79.282,69	R\$ 79.282,69	5,78 %
2.1.1	101114	SINAPI	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL EM SOLO DE 1A CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (100HP/LÂMINA: 2,19M3). AF_07/2020	M³	1844,64	R\$ 4,88	R\$ 6,13	R\$ 11.307,64	0,82 %
2.1.2	95875	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	9223,21	R\$ 2,90	R\$ 3,64	R\$ 33.572,48	2,45 %
2.1.3	100576	SINAPI	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO, PARA OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTOS. AF_09/2024	M²	9223,21	R\$ 2,97	R\$ 3,73	R\$ 34.402,57	2,51 %
2.2			EXECUÇÃO DE BASE		1		R\$ 329.045,91	R\$ 329.045,91	23,98 %
2.2.1	ED-50276	SETOP	LOCAÇÃO TOPOGRÁFICA ACIMA DE CINQUENTA (50) PONTOS REFERENCIAIS, INCLUSIVE ESTACA (PIQUETE) DE MARCAÇÃO	UN	64	R\$ 41,58	R\$ 52,22	R\$ 3.342,08	0,24 %
2.2.2	MERCADO_CASCALHO_ESCAV	PRÓPRIO	CASCALHO CAVA, INCLUSIVE ESCAVAÇÃO E CARGA EM CAMINHÃO CAÇAMBA COM PÁ CARREGADEIRA. E EXCLUSIVE TRANSPORTE (M³)	M³	1383,48	R\$ 33,33	R\$ 41,86	R\$ 57.912,47	4,22 %
2.2.3	95875	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	46485	R\$ 2,90	R\$ 3,64	R\$ 169.205,40	12,33 %
2.2.4	93590	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	46175,1	R\$ 1,11	R\$ 1,39	R\$ 64.183,39	4,68 %

JOICE ROBERTA RIBEIRO  
ENGENHEIRA CIVIL  
CREA:104.978/D-MG

**AMVAP - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PARANAÍBA****PLANILHA ORÇAMENTÁRIA**

PROPONENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA				DATA BASE DESONE RADA:	SINAPI - 03/2026 - MINAS GERAIS-SICRO3 - 01/2026 - MINAS GERAIS-SETOP - 01/2026 - MINAS GERAIS-SUDECAP - 10/2025 - MINAS GERAIS-AGETOP CIVIL - 10/2025 - GOIÁS-AGETOP RODOVIARIA - 10/2025 - GOIÁS-EMOP - 02/2026 - RIO DE JANEIRO					
OBRA: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CBUQ DO LOTEAMENTO BELA VISTA										
END.OBRA: LOTEAMENTO BELA VISTA - MUNICÍPIO DE DOURADOQUARA-MG										
DATA: ABRIL/2026				BDI	25,60 %	VALOR TOTAL DA OBRA:		R\$ 1.371.949,15	100%	
ITEM	CÓDIGO	BANCO	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	VALOR UNIT. S/BDI	VALOR UNIT. C/BDI	VALOR TOTAL	TOTAL (%)	
2.2.5	100576	SINAPI	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO, PARA OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTOS. AF_09/2024	M²	9223,21	R\$ 2,97	R\$ 3,73	R\$ 34.402,57	2,51 %	
3			EXECUÇÃO CAPA ASFÁLTICA		1		R\$ 741.472,16	R\$ 741.472,16	54,05 %	
3.1	102470	SINAPI	EXECUÇÃO DE IMPRIMAÇÃO COM ASFALTO DILUÍDO CM-30, PARA OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTOS. AF_09/2024	M²	9223,21	R\$ 1,33	R\$ 1,67	R\$ 15.402,76	1,12 %	
3.2	ANP - FEVEREIRO-2026	PRÓPRIO	EMULSÃO ASFÁLTICA PARA SERVIÇO DE IMPRIMAÇÃO	T	11,07	R\$ 2.321,00	R\$ 2.915,18	R\$ 32.271,04	2,35 %	
3.3	102332	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO TANQUE DE TRANSPORTE DE MATERIAL ASFÁLTICO DE 20000 L, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020	TXKM	332,04	R\$ 2,20	R\$ 2,76	R\$ 916,43	0,07 %	
3.4	102333	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO TANQUE DE TRANSPORTE DE MATERIAL ASFÁLTICO DE 20000 L, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020	TXKM	5677,81	R\$ 0,84	R\$ 1,06	R\$ 6.018,48	0,44 %	
3.5	100986	SINAPI	CARGA DE MISTURA ASFÁLTICA EM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M³ (UNIDADE: M3). AF_07/2020	M³	257,99	R\$ 10,28	R\$ 12,91	R\$ 3.330,65	0,24 %	
3.6	95995	SINAPI	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, CAMADA DE ROLAMENTO - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019	M³	257,99	R\$ 1.932,40	R\$ 2.427,09	R\$ 626.164,95	45,64 %	
3.7	95876	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	7739,58	R\$ 2,59	R\$ 3,25	R\$ 25.153,64	1,83 %	
3.8	93593	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	25979,2	R\$ 0,99	R\$ 1,24	R\$ 32.214,21	2,35 %	
4			DRENAGEM SUPERFICIAL		1		R\$ 154.521,75	R\$ 154.521,75	11,26 %	
4.1	94267	SINAPI	GUIA (MEIO-FIO) E SARJETA CONJUGADOS DE CONCRETO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO COM EXTRUSORA, 45 CM BASE (15 CM BASE DA GUIA + 30 CM BASE DA SARJETA) X 22 CM ALTURA. AF_01/2024	M	1886,55	R\$ 62,92	R\$ 79,03	R\$ 149.094,05	10,87 %	
4.2	94268	SINAPI	GUIA (MEIO-FIO) E SARJETA CONJUGADOS DE CONCRETO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO CURVO COM EXTRUSORA, 45 CM BASE (15 CM BASE DA GUIA + 30 CM BASE DA SARJETA) X 22 CM ALTURA. AF_01/2024	M	62,28	R\$ 69,39	R\$ 87,15	R\$ 5.427,70	0,40 %	
5			SINALIZAÇÃO		1		R\$ 36.369,48	R\$ 36.369,48	2,65 %	
5.1			SINALIZAÇÃO HORIZONTAL		1		R\$ 13.482,46	R\$ 13.482,46	0,98 %	
5.1.1	102501	SINAPI	PINTURA DE FAIXA DE PEDESTRE OU ZEBRADA COM TINTA ACRÍLICA, E = 30 CM, APLICAÇÃO MANUAL. AF_05/2021	M²	176,4	R\$ 28,67	R\$ 36,01	R\$ 6.352,16	0,46 %	
5.1.2	102513	SINAPI	PINTURA DE SÍMBOLOS E TEXTOS COM TINTA ACRÍLICA, DEMARCAÇÃO COM FITA ADESIVA E APLICAÇÃO COM ROLO. AF_05/2021	M²	102,55	R\$ 55,36	R\$ 69,53	R\$ 7.130,30	0,52 %	
5.2			SINALIZAÇÃO VERTICAL		1		R\$ 22.887,02	R\$ 22.887,02	1,67 %	

JOICE ROBERTA RIBEIRO  
ENGENHEIRA CIVIL  
CREA:104.978/D-MG



AMVAP - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PARANAÍBA

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

PROPONENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA				DATA BASE DESONE RADA:	SINAPI - 03/2026 - MINAS GERAIS-SICRO3 - 01/2026 - MINAS GERAIS-SETOP - 01/2026 - MINAS GERAIS-SUDECAP - 10/2025 - MINAS GERAIS-AGETOP CIVIL - 10/2025 - GOIÁS-AGETOP RODOVIARIA - 10/2025 - GOIÁS-EMOP - 02/2026 - RIO DE JANEIRO					
OBRA: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CBUQ DO LOTEAMENTO BELA VISTA										
END.OBRA: LOTEAMENTO BELA VISTA - MUNICÍPIO DE DOURADOQUARA-MG										
DATA: ABRIL/2026				BDI	25,60 %	VALOR TOTAL DA OBRA:		R\$ 1.371.949,15	100%	
ITEM	CÓDIGO	BANCO	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	VALOR UNIT. S/BDI	VALOR UNIT. C/BDI	VALOR TOTAL	TOTAL (%)	
5.2.1	5213456	SICRO3	PLACA DE REGULAMENTAÇÃO EM FIBRA, R1 LADO 0,248 M - PELÍCULA RETRORREFLETIVA TIPO I + SI - FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO	UN	13	R\$ 272,02	R\$ 341,66	R\$ 4.441,58	0,32 %	
5.2.2	00013521	SINAPI	PLACA DE ACO ESMALTADA PARA IDENTIFICACAO DE RUA, *45 CM X 20* CM	UN	13	R\$ 99,00	R\$ 124,34	R\$ 1.616,42	0,12 %	
5.2.3	5213863	SICRO3	SUPORTE METÁLICO GALVANIZADO PARA PLACA DE ADVERTÊNCIA OU REGULAMENTAÇÃO - LADO OU DIÂMETRO DE 0,60 M - FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO	UN	26	R\$ 515,34	R\$ 647,27	R\$ 16.829,02	1,23 %	
6			SERVIÇOS COMPLEMENTARES		1		R\$ 2.442,48	R\$ 2.442,48	0,18 %	
6.1	COMP-DESMOB-DOURADOQUARA	PRÓPRIO	DESMOBILIZAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA SERVIÇO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA. INCLUSIVE CONTAINER	UN	1	R\$ 1.944,65	R\$ 2.442,48	R\$ 2.442,48	0,18 %	

JOICE  
ROBERTA  
RIBEIRO:013  
23236643

Assinado de forma  
digital por JOICE  
ROBERTA  
RIBEIRO:01323236643  
Dados: 2026.04.17  
14:19:08 -03'00'

JOICE ROBERTA RIBEIRO  
ENGENHEIRA CIVIL  
CREA:104.978/D-MG





# **ANEXO V**

## **COMPOSIÇÃO DO BDI**

**AMVAP - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PARANAÍBA****DEMONSTRATIVO DO BDI - COM DESONERAÇÃO - OBRAS DE EDIFICAÇÃO**  
**BDI (CONFORME ACÓRDÃO Nº 2622/13 e LEI Nº 13.161 DE 31/08/15)****PROPONENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA****OBRA: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CBUQ DO LOTEAMENTO BELA VISTA****END.OBRA: LOTEAMENTO BELA VISTA - MUNICÍPIO DE DOURADOQUARA-MG****DATA: ABRIL/2026****TIPO DE OBRA DO EMPREENDIMENTO**

Construção de Praças Urbanas, Rodovias, Ferrovias e recapeamento e pavimentação de vias urbanas

**DESONERAÇÃO**

SIM

Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de percentual da base de cálculo para o ISS:

100,00%

Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%):

2,00%

Itens	Siglas	% Adotado	Situação	1º Quartil	Médio	3º Quartil
Administração Central	AC	3,80%	-	3,80%	4,01%	4,67%
Seguro e Garantia	SG	0,39%	-	0,32%	0,40%	0,74%
Risco	R	0,50%	-	0,50%	0,56%	0,97%
Despesas Financeiras	DF	1,08%	-	1,02%	1,11%	1,21%
Lucro	L	6,64%	-	6,64%	7,30%	8,69%
Tributos (impostos COFINS 3%, e PIS 0,65%)	CP	3,65%	-	3,65%	3,65%	3,65%
Tributos (ISS, variável de acordo com o município)	ISS	2,00%	-	0,00%	2,50%	5,00%
Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - 0% ou 4,5% - Desoneração)	CPRB	4,50%	OK	0,00%	4,50%	4,50%
BDI SEM desoneração (Fórmula Acórdão TCU)	BDI PAD	19,60%	OK	19,60%	20,97%	24,23%
<b>BDI COM desoneração</b>	<b>BDI DES</b>	<b>25,60%</b>	<b>OK</b>			

Os valores de BDI foram calculados com o emprego da fórmula:

$$BDI.DES = \frac{(1+AC+S+R+G)*(1+DF)*(1+L)}{(1-CP-ISS-CPRB)} - 1$$

Declaro para os devidos fins que, conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo para Construção de Praças Urbanas, Rodovias, Ferrovias e recapeamento e pavimentação de vias urbanas, é de 100%, com a respectiva alíquota de 2%.

Declaro para os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi COM Desoneração, e que esta é a alternativa mais adequada para a Administração Pública.

Observações:

DOURADOQUARA-MG

Local

JOICE ROBERTA  
RIBEIRO:013232  
36643Assinado de forma digital  
por JOICE ROBERTA  
RIBEIRO:01323236643  
Dados: 2026.04.17  
10:38:50 -0300'

Responsável Técnico

Nome: JOICE ROBERTA RIBEIRO

Título: ENGENHEIRA CIVIL - CREA:104.978/D-MG

sexta-feira, 17 de abril de 2026

Data

Responsável Tomador

Nome:

Cargo:



# **ANEXO VI**

## **CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO**



AMVAP - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PARANAÍBA

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

PROPONENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA				DATA BASE	
OBRA: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CBUQ DO LOTEAMENTO BELA VISTA				SINAPI - 03/2026 - MINAS GERAIS-SICRO3 - 01/2026 - MINAS GERAIS-SETOP - 01/2026 - MINAS GERAIS-SUDECAP - 10/2025 - MINAS GERAIS-AGETOP CIVIL - 10/2025 - GOIÁS-AGETOP RODOVIARIA - 10/2025 - GOIÁS-EMOP - 02/2026 - RIO DE JANEIRO	
END.OBRA: LOTEAMENTO BELA VISTA - MUNICÍPIO DE DOURADOQUARA-MG					
DATA: ABRIL/2026				VALOR DA OBRA:	
ITEM	DESCRIÇÃO	TOTAL POR ETAPA	1 MÊS	2 MÊS	3 MÊS
1	IMPLANTAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CANTEIRO DE OBRAS	100,00% 28.814,68	33,33% 9.603,93	33,33% 9.603,93	33,34% 9.606,81
2	MOVIMENTO DE TERRA	100,00% 408.328,60	100,00% 408.328,60		
3	EXECUÇÃO CAPA ASFÁLTICA	100,00% 741.472,16	20,00% 148.294,43	80,00% 593.177,73	
4	DRENAGEM SUPERFICIAL	100,00% 154.521,75		100,00% 154.521,75	
5	SINALIZAÇÃO	100,00% 36.369,48			100,00% 36.369,48
6	SERVIÇOS COMPLEMENTARES	100,00% 2.442,48			100,00% 2.442,48
	PORCENTAGEM		41,27%	55,20%	3,53%
	CUSTO		R\$ 566.226,96	R\$ 757.303,41	R\$ 48.418,77
	PORCENTAGEM ACUMULADO		41,27%	96,47%	100,00%
	CUSTO ACUMULADO		R\$ 566.226,96	R\$ 1.323.530,37	R\$ 1.371.949,15

JOICE ROBERTA  
RIBEIRO:01323236643  
36643

Assinado de forma digital por JOICE ROBERTA RIBEIRO:01323236643  
Dados: 2026.04.17 14:21:27 -03'00'

JOICE ROBERTA RIBEIRO  
ENGENHEIRA CIVIL  
CREA:104.978/D-MG



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG**  
AV. ANTÔNIO DAVI RAMOS, 340-CENTRO  
38.530-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS - CNPJ – 18.158.261/0001-08

# **ANEXO VII**

## **COMPOSIÇÃO DE CUSTO**



## AMVAP - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PARANAÍBA

### COMPOSIÇÕES DE CUSTO

PROPONENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA

DATA BASE DESONERADA

OBRA: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CBUQ DO LOTEAMENTO BELA VISTA

SINAPI - 03/2026 - MINAS GERAIS-SICRO3 - 01/2026 -  
MINAS GERAIS-SETOP - 01/2026 - MINAS GERAIS-  
SUDECAP - 10/2025 - MINAS GERAIS-AGETOP CIVIL -  
10/2025 - GOIÁS-AGETOP RODOVIARIA - 10/2025 - GOIÁS-  
EMOP - 02/2026 - RIO DE JANEIRO

END.OBRA: LOTEAMENTO BELA VISTA - MUNICÍPIO DE DOURADOQUARA-MG

DATA: ABRIL/2026

CÓDIGO	BANCO	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
COMP-MOB-DOURADOQUARA	Próprio	MOBILIZAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA SERVIÇO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, INCLUSIVE CONTAINER	UN	1,0000000		R\$ 1.944,65
91031	SINAPI	CAMINHÃO TRUCADO (C/ TERCEIRO EIXO) ELETRÔNICO - POTÊNCIA 231CV - PBT = 22000KG - DIST. ENTRE EIXOS 5170 MM - INCLUI CARROCERIA FIXA ABERTA DE MADEIRA - CHP DIURNO. AF_06/2015	CHP	4,9200000	R\$ 294,15	R\$ 1.447,22
5824	SINAPI	CAMINHÃO TOCO, PBT 16.000 KG, CARGA ÚTIL MÁX. 10.685 KG, DIST. ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 189 CV, INCLUSIVE CARROCERIA FIXA ABERTA DE MADEIRA P/ TRANSPORTE GERAL DE CARGA SECA, DIMEN. APROX. 2,5 X 7,00 X 0,50 M - CHP DIURNO. AF_06/2014	CHP	0,8200000	R\$ 245,18	R\$ 201,05
5901	SINAPI	CAMINHÃO PIPA 10.000 L TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA - CHP DIURNO. AF_06/2014	CHP	0,8200000	R\$ 361,44	R\$ 296,38
COMP-DESMOB-DOURADOQUARA	Próprio	DESMOBILIZAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA SERVIÇO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, INCLUSIVE CONTAINER	UN	1,0000000		R\$ 1.944,65
91031	SINAPI	CAMINHÃO TRUCADO (C/ TERCEIRO EIXO) ELETRÔNICO - POTÊNCIA 231CV - PBT = 22000KG - DIST. ENTRE EIXOS 5170 MM - INCLUI CARROCERIA FIXA ABERTA DE MADEIRA - CHP DIURNO. AF_06/2015	CHP	4,9200000	R\$ 294,15	R\$ 1.447,22

JOICE ROBERTA RIBEIRO  
ENGENHEIRA CIVIL  
CREA:104.978/D-MG



AMVAP - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PARANAÍBA

COMPOSIÇÕES DE CUSTO

PROPONENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA

DATA BASE DESONERADA

OBRA: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CBUQ DO LOTEAMENTO BELA VISTA

SINAPI - 03/2026 - MINAS GERAIS-SICRO3 - 01/2026 -  
MINAS GERAIS-SETOP - 01/2026 - MINAS GERAIS-  
SUDECAP - 10/2025 - MINAS GERAIS-AGETOP CIVIL -  
10/2025 - GOIÁS-AGETOP RODOVIARIA - 10/2025 - GOIÁS-  
EMOP - 02/2026 - RIO DE JANEIRO

END.OBRA: LOTEAMENTO BELA VISTA - MUNICÍPIO DE DOURADOQUARA-MG

DATA: ABRIL/2026

CÓDIGO	BANCO	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
5901	SINAPI	CAMINHÃO PIPA 10.000 L TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA - CHP DIURNO. AF_06/2014	CHP	0,8200000	R\$ 361,44	R\$ 296,38
5824	SINAPI	CAMINHÃO TOCO, PBT 16.000 KG, CARGA ÚTIL MÁX. 10.685 KG, DIST. ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 189 CV, INCLUSIVE CARROCERIA FIXA ABERTA DE MADEIRA P/ TRANSPORTE GERAL DE CARGA SECA, DIMEN. APROX. 2,5 X 7,00 X 0,50 M - CHP DIURNO. AF_06/2014	CHP	0,8200000	R\$ 245,18	R\$ 201,05

JOICE  
ROBERTA  
RIBEIRO:013  
23236643

Assinado de forma  
digital por JOICE  
ROBERTA  
RIBEIRO:01323236643  
Dados: 2026.04.17  
10:40:46 -03'00'

JOICE ROBERTA RIBEIRO  
ENGENHEIRA CIVIL  
CREA:104.978/D-MG





**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG**  
AV. ANTÔNIO DAVI RAMOS, 340-CENTRO  
38.530-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS - CNPJ – 18.158.261/0001-08

# **ANEXO VIII**

## **MEMORIAL DESCRITIVO**

**MEMORIAL DESCRITIVO****EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CBUQ DO LOTEAMENTO BELA VISTA  
NO MUNICÍPIO DE DOURADOQUARA-MG****DESCRIÇÃO DO PROJETO:**

O presente memorial tem por objetivo especificar serviços e materiais a serem utilizados na obra de Execução de Pavimentação Asfáltica em CBUQ do Loteamento Bela Vista no Município de Douradoquara, conforme localização descrita em Projeto.

Será executado serviço de pavimentação asfáltica em CBUQ com espessura de 3,00 cm.

Todos os serviços deverão ser executados de acordo com o projeto proposto. O projeto foi elaborado em obediência às normas técnicas vigentes e pertinentes à espécie de pavimentação das vias urbanas. No decorrer da obra a empresa contratada deverá apresentar um laudo técnico de controle tecnológico dos materiais e serviços realizados, conforme exigências normativas do DNIT em conjunto com o boletim de medição a Prefeitura Municipal de Douradoquara - MG.

As composições de custo unitário foram feitas utilizando o coeficiente de consumo fornecido pela tabela de composições de preço para orçamento (TCPO), balizados pelo índice SINAPI, SETOP e SICRO, vigentes na data.

A obra possui área de:

Pavimentação.....9.223,21 m².

Meio fio e sarjeta.....1.948,83m.

**1 – IMPLANTAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CANTEIRO DE OBRAS****1.1 SERVIÇOS PRELIMINARES****PLACA DE OBRA:**

Deverá ser fixada placa de obra alusiva ao empreendimento nas dimensões de 3,0m x 1,5m, com dizeres e padrões conforme preconiza o gestor do programa, sendo que a mesma será confeccionada em chapa galvanizada no 26, fixada em estrutura de madeira. A empreiteira deverá fixar a placa em local definido pela Prefeitura, para que a população tenha conhecimento da existência da obra.

**MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO:**

A mobilização compreende as despesas para transportar, desde sua origem até o local aonde se implantará o canteiro da obra, os recursos humanos, bem como todos os equipamentos e instalações (usinas de asfalto, centrais de britagem, centrais de concreto, etc.) necessários às operações que aí serão realizadas. Estão, também, aí incluídas as despesas para execução das bases e fundações requeridas pelas instalações fixas e para sua montagem, colocando-as em condição de funcionamento. (TC-003.478/2006-8 –Plenário)

**LIMPEZA:**

O local deverá receber serviço de limpeza com roçadeira mecânica.

**1.2 ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CANTEIRO DE OBRAS****ADMINISTRAÇÃO DE OBRA**

Para controle e manutenção do canteiro de obras foi contemplando em planilha os serviços de engenheiro, encarregado de obras e servente.

Foi contemplado também o serviço do topógrafo para marcação topográfica da obra.

**LOCAÇÃO DE CONTAINER:**

Para execução da obra foi contempla a locação de um container de 2,30 x 6,00m, altura de 2,50, com 1 sanitário, para escritório, completo sem divisórias e um container de 2,30 x 6,00m, altura de 2,50, com 1 sanitário, para ferramentaria.

**2 – MOVIMENTO DE TERRA****LOCAÇÃO TOPOGRAFICA**

Está sendo previsto serviço de locação topográfica por pontos referências.

**ABERTURA E PREPARO DE CAIXA:**

O serviço consiste em escavar, carregar e transportar para um local de “bota-fora” após a implantação do greide de projeto, todo o material que mediante teste, não apresente características granulométricas e de compactação exigidas para servir de base de pavimento asfáltico. O projeto contempla uma escavação mínima de 20 centímetros em toda a extensão das vias a serem pavimentadas.



## ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PARANAÍBA

Reconhecida de utilidade pública Municipal pela Lei 4148, de 06/05/85 e Estadual pela Lei 9754, de 02/05/88

Av. Antônio Thomaz Ferreira Rezende, 3.180 – Distrito Industrial - Uberlândia/MG - CEP 38402-349

Fone/Fax (34)3213-2433 Home Page: [www.amvapmg.org.br](http://www.amvapmg.org.br) E-mail: [amvap@amvapmg.org.br](mailto:amvap@amvapmg.org.br)

### PREPARAÇÃO DO SUBLEITO

De acordo com as Normas Técnicas: NB-1391/91, NBR-12307/91 e NBR-12752/92.

A superfície do subleito deverá ser regularizada até assumir a forma da seção transversal tipo do leito carroçável. A compactação do subleito deverá ser feita por compactadores autopropulsões, progressivamente das bordas para o centro, até atingir o grau de compactação de 100% do PROCTOR INTERMEDIÁRIO. Nos locais inacessíveis para os compactadores autopropulsões, deverão ser utilizados compactadores manuais de placa vibratória.

### EXECUÇÃO DA BASE

O serviço consiste em escavar, transportar e descarregar na obra, o material de jazida (que será de responsabilidade da empresa a ser contratada), cujas características granulométricas e de compactação, comprovadas mediante teste, são adequadas para servir de base de pavimento asfáltico.

Será utilizado base de cascalho de cava com espessura de 15cm, a realização da mesma deve ser de acordo com as normas técnicas: NB-1337/91, EB-2096/91

Nos serviços de preparação da base, caso haja necessidade de aterro, este deverá ser feito em camadas de no máximo 15,00 cm, compactados através de compactadores autopropulsões, progressivamente das bordas para o centro, até atingir o grau de compactação de 95% do PROCTOR MODIFICADO. Nos locais inacessíveis para os compactadores autopropulsões, deverão ser utilizados compactadores manuais de placa vibratória.

### 3 – EXECUÇÃO DE CAPA ASFÁLTICA

#### IMPRIMAÇÃO IMPERMEABILIZANTE:

De acordo com as Normas Técnicas: NBR-9686/93, NBR-12950/93 E EB-1686/93 Pode ser empregado asfalto diluído tipo CM-30, CM-70 ou CM-250. A escolha do material deverá ser feita em função da textura do material da base. A taxa de aplicação será aquela que pode ser absorvida pela base em 24 horas, devendo ser determinada experimentalmente no canteiro de obra, devendo variar de 0,80 a 1,60 L/m<sup>2</sup>.

Após a perfeita conformação geométrica da base, procede-se a varredura da sua superfície de modo a eliminar o pó e o material solto existentes, a seguir aplica-se o material betuminoso. O material não deve ser distribuído quando a temperatura ambiente estiver abaixo dos 10°C, ou em dias chuvosos, ou quando esta estiver eminente. Deve-se imprimir a pista inteira em um mesmo turno de trabalho e deixá-la, sempre que possível, fechada ao trânsito. Qualquer falha na aplicação do material betuminoso deve ser imediatamente corrigida, e na ocasião da aplicação do material betuminoso, a base deve se encontrar levemente úmida.



## ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PARANAÍBA

Reconhecida de utilidade pública Municipal pela Lei 4148, de 06/05/85 e Estadual pela Lei 9754, de 02/05/88

Av. Antônio Thomaz Ferreira Rezende, 3.180 – Distrito Industrial - Uberlândia/MG - CEP 38402-349

Fone/Fax (34)3213-2433 Home Page: [www.amvapmg.org.br](http://www.amvapmg.org.br) E-mail: [amvap@amvapmg.org.br](mailto:amvap@amvapmg.org.br)

### PAVIMENTO EM CBUQ:

Será executado pavimento asfáltico mistura a quente, com espessura de 3,00 cm, rolada e selada mecanicamente de acordo com o projeto e especificações técnicas da ABNT. O concreto betuminoso consistirá em uma camada de mistura compreendendo agregado, asfalto e filler devidamente dosada, misturada e homogeneizada em usina, espalhada e comprimida a quente.

O material betuminoso a ser empregado será cimento asfáltico, de penetração 50/70, faixa C.

A execução dos serviços de pavimentação asfáltica com CBUQ, deverá ser de acordo com as Normas Técnicas.

Os revestimentos recém-acabados deverão ser mantidos sem trânsito, até o seu completo resfriamento.

A critério da fiscalização deverão ser realizados todos os ensaios necessários a execução dos serviços com boa qualidade.

Será medida a espessura por ocasião da extração dos corpos de prova na pista ou pelo nivelamento, do eixo ou dos bordos, antes e depois do espalhamento e compressão da mistura. Admitir-se-á variação de + ou - 10%, da espessura de projeto, para pontos isolados, e até 5% de redução de espessura, em 10 medidas sucessivas.

Durante a execução, poderá ser feito diariamente o controle de acabamento da superfície de revestimento, com o auxílio de duas réguas, uma de 3,00 metros e outra de 0,90 metros, colocadas em ângulo reto paralelamente ao eixo da rua, respectivamente. A variação da superfície, entre dois pontos quaisquer de contato, não deve exceder a 0,5 cm, quando verificada com qualquer das réguas.

### 4 – DRENAGEM E URBANIZAÇÃO

Na área de pavimento novo deverá ser executado guia (meio-fio) e sarjeta conjugados de concreto, moldada in loco com extrusora, 45 cm base (15 cm base da guia + 30 cm base da sarjeta) x 22 cm altura. Para tal serviço deverá ser feita abertura de caixa, e execução de compactação de superfície.

Está sendo contemplado na elaboração do projeto calçadas em toda extensão das vias pavimentadas com espessura de 5 centímetros, e largura de dois metros, bem como, rampas de acessibilidade seguindo conforme a NBR 9050/2020.

***Obs: Os serviços de calçadas e rampas não fazem parte do escopo de planilha orçamentária, sendo assim as mesmas devem ser executadas em outro convênio.***

## 5 – SINALIZAÇÃO

### 5.1 - SINALIZAÇÃO HORIZONTAL:

A sinalização horizontal da via será composta por linhas, marcas e legendas, pintadas com tinta acrílica no pavimento, com o intuito de organizar o fluxo de veículos e de pedestres no local. Tal sinalização, além de complementar a sinalização vertical, irá controlar deslocamentos em situações que ocorram problemas de geometria, topografia e obstáculos.

Será executada pintura com tinta acrílica de piso própria para leito, com microesfera de vidro, sinalizando as faixas de passagem de pedestres e pintando os PARE nos cruzamentos entre Ruas e Avenidas:

Pintar PARE, Área de Pintura das letras do PARE:

Letra P = 0,78 m<sup>2</sup>

Letra A = 0,69 m<sup>2</sup>

Letra R = 0,91 m<sup>2</sup>

Letra E = 0,86 m<sup>2</sup>

Área total das letras de pintura do PARE por unidade= 4,8m<sup>2</sup>

Pintar Faixas de retenção para os “PARE”:

Área de pintura da faixa de retenção: 3,9 m x 0,40 m = 1,56 m<sup>2</sup> por unidade

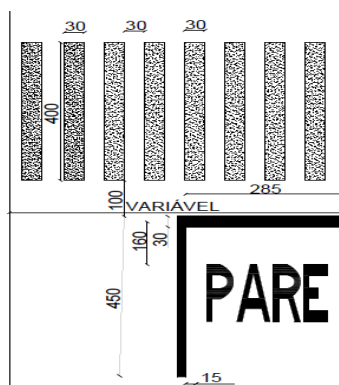
Total pare mais faixa de retenção=4,8m<sup>2</sup>

- Largura da linha - A: mínima 0,30 m máxima 0,40 m

- Distância entre as linhas - B: mínima 0,30 m máxima 0,80 m

- Largura da faixa - C: em função do volume de pedestres e da visibilidade

Mínima 3,00 m recomendada 4,00 m



## 5.2 SINALIZAÇÃO VERTICAL:

### SINALIZAÇÃO VERTICAL – R1:

Informa ao condutor do veículo a parada obrigatória.



### PLACA PARA IDENTIFICAÇÃO DE LOGRADOURO – NR:

Identifica o nome das ruas, bem como código postal e quadras.



## 6 – SERVIÇOS COMPLEMENTARES

Contempla a desmobilização dos containers e maquinários necessários para execução da obra.

### BIBLIOGRAFIA:

Pavimentação	ESPECIFICAÇÕES
Regularização do Subleito	<u>DNIT 137/2010-ES – Pavimentação – Regularização do subleito</u>
Reforço do Subleito	<u>DNIT 138/2010-ES – Pavimentação – Reforço do subleito</u>
Sub-Base Estabilizada Granulometricamente	DNIT 139/2010-ES – Pavimentação – Sub-Base Estabilizada Granulometricamente
Base Estabilizada Granulometricamente	DNIT 141/2010-ES – Pavimentação Base Estabilizada Granulometricamente
Imprimação	DNIT 144/2010-ES – Pavimentação – Imprimação com ligante asfáltico
Tratamento Superficial Betuminoso	DNIT 147/2010-ES
Cimento Asfáltico de Petróleo – Determinação expedita da resistência à água (adesividade) sobre agregado graúdo	NBR 14329/1999



Serviços Ambientais	ESPECIFICAÇÕES
Tratamento ambiental de taludes e encostas por intermédio de dispositivos de controle de processos erosivos	<u>DNIT 074/2006- ES – Tratamento ambiental de taludes e encostas por intermédio de dispositivos de controle de processos erosivos</u>
Proteção do corpo estradal – Proteção vegetal	<u>DNIT 102/2009-ES - Proteção do corpo estradal - Proteção vegetal</u>
Tratamento ambiental de áreas de uso de obras e do passivo ambiental	<u>DNIT 073/2006- ES - Tratamento ambiental de áreas de uso de obras e do passivo ambiental de áreas consideradas planas ou de pouca declividade por revegetação arbórea e arbustiva</u>
Execução de Estruturas de Concreto	NBR 14931/2004

Sinalização	ESPECIFICAÇÕES
Segurança no Tráfego Rodoviário - Sinalização Horizontal	DNIT 100/2009-ES – Obras Complementares – Segurança do Tráfego Rodoviário – Sinalização Horizontal
Segurança no Tráfego Rodoviário - Sinalização Vertical	DNIT 101/2009-ES – Obras Complementares – Segurança do Tráfego Rodoviário – Sinalização Vertical
Defensa Metálica	DNER – ES – 144/1985 – Defensas Metálicas

Concreto de Cimento Portland – Preparo, controle, recebimento e aceitação - Procedimento	NBR 12655/2015
Concreto – Determinação da consistência pelo abatimento do	NBR NM 67/89

Douradoquara, abril de 2026.

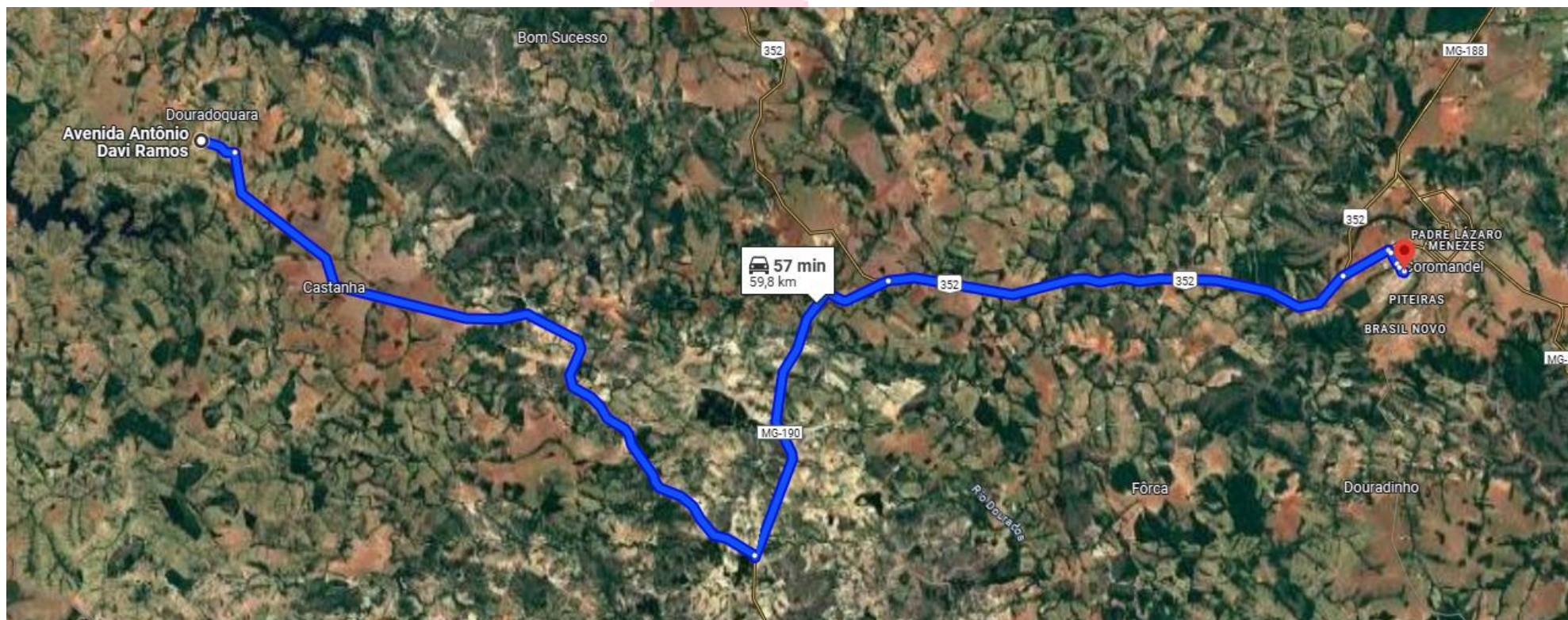
JOICE  
ROBERTA  
RIBEIRO:013  
23236643

Assinado de forma digital por JOICE ROBERTA RIBEIRO:01323236643  
Dados: 2026.04.22 09:16:37 -03'00'

**JOICE ROBERTA RIBEIRO**  
**ENGENHEIRA CIVIL**  
**CREA nº. 104978-D**

**DMT – DISTÂNCIA MÉDIA DE TRANSPORTE – CASCALHEIRAS**

CASCALHEIRA CODELMAR SERVIÇOS LTDA EM COROMANDEL MG ATÉ O LOTEAMENTO BELA VISTA  
NO MUNICÍPIO DE DOURADOQUARA MG = 59,80 KM



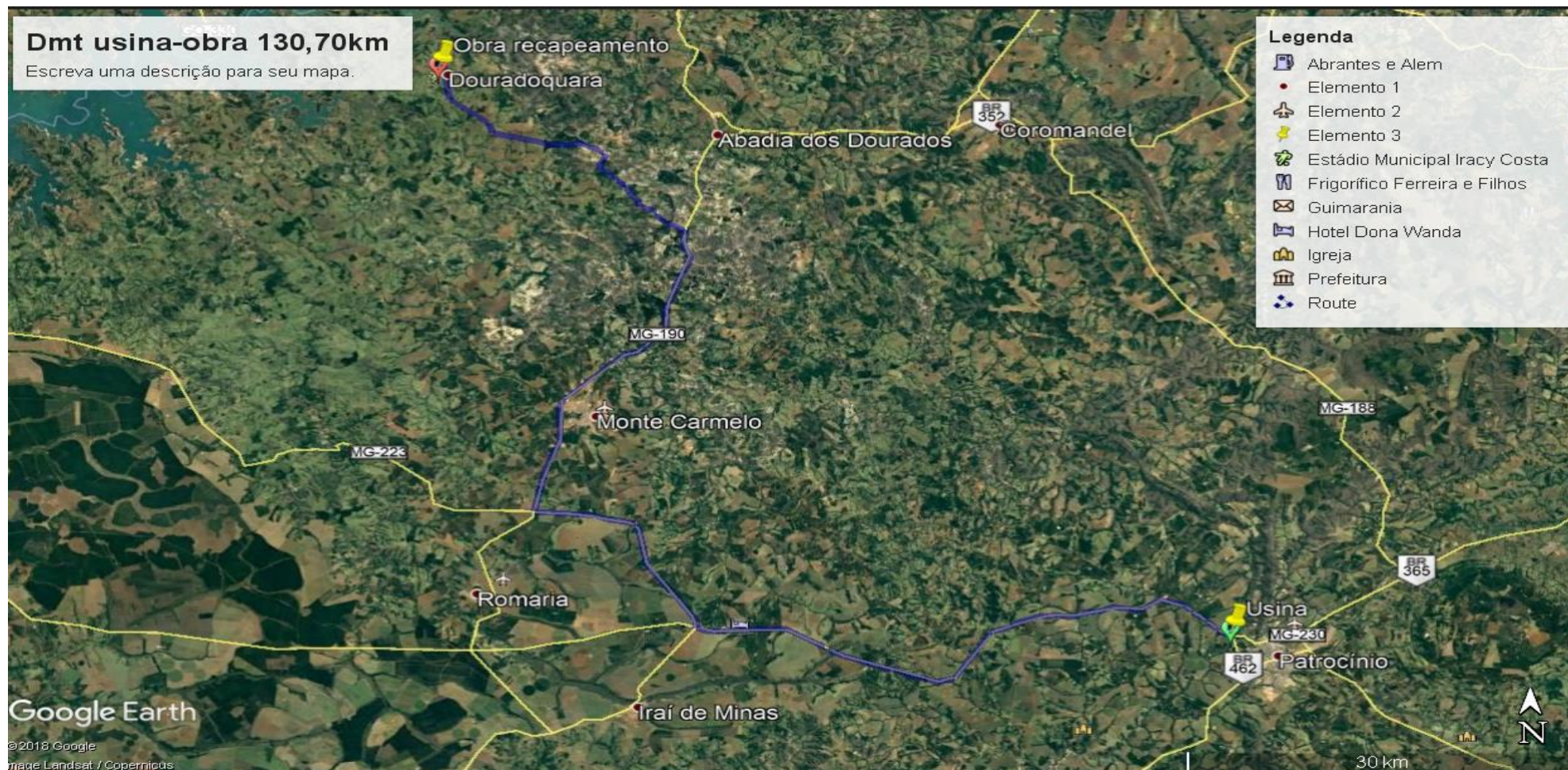
JOICE  
ROBERTA  
RIBEIRO:01  
323236643

Assinado de forma  
digital por JOICE  
ROBERTA  
RIBEIRO:013232366  
43  
Data: 2025.05.16  
14:16:06 -0300'

JOICE ROBERTA RIBEIRO  
ENGENHEIRA CIVIL  
CREA: 104978 –D MG

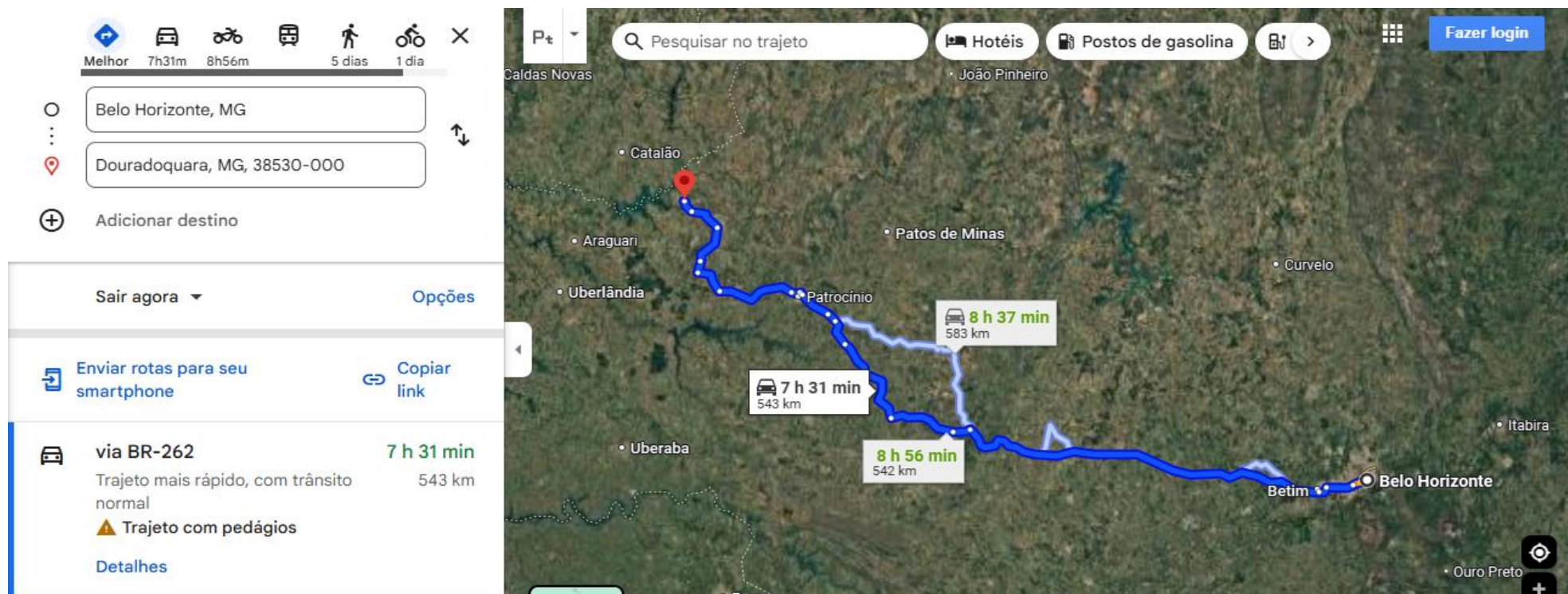


## DMT - DISTÂNCIA MÉDIA DE TRANSPORTE CBUQ



**USINA DE CBUQ ATÉ A OBRA – 130,7 KM**



**DMT - DISTÂNCIA MÉDIA DE TRANSPORTE IMPRIMAÇÃO****BELO HORIZONTE – DOURADOQUARA – MG – 543 KM**

Douradoquara, de maio de 2025.

JOICE  
ROBERTA  
RIBEIRO:013  
23236643

Assinado de forma  
digital por JOICE  
ROBERTA  
RIBEIRO:01323236643  
Dados: 2025.05.16  
14:17:24 -03'00'

**JOICE ROBERTA RIBEIRO****ENGENHEIRA CIVIL****CREA: 104978 –D MG**



## ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PARANAIBA

PROponente: Prefeitura Municipal de Douradoquara

Obra: Pavimentação Asfáltica em CBUQ do Loteamento Bela Vista

End. Obra: Loteamento Bela Vista - Município de Douradoquara-MG

Data: Maio/2025

### ANALISE DE VIABILIDADE ECONOMICA - CASCALHO

#### ANALISE 1 - CASCALHEIRA RAI0 DE LUZ - DISTÂNCIA DE 137 KM ATÉ A OBRA

FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
MERCADO	COTAÇÃO - CASCALHEIRA RAI0 DE LUZ	CASCALHO CAVA, EXCLUSIVE ESCAVAÇÃO E TRANSPORTE (M³)	M³	1324,11	R\$ 10,00	R\$ 13.241,10
SINAPI	101131	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL, INCLUINDO ESCARIFICAÇÃO, CARGA E DESCARGA EM SOLO DE 2ª CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (170HP/LÂMINA: 5,20M3). AF_07/2020	M³	1324,11	R\$ 16,17	R\$ 21.410,86
SINAPI	95875	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M³xKM	44490,1	R\$ 2,55	R\$ 113.449,74
SINAPI	93590	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M³xKM	158681,3	R\$ 1,01	R\$ 160.268,16
TOTAL					R\$	308.369,86

#### ANALISE 2 - CASCALHEIRA COLDEMAR SERVIÇOS LTDA - DISTÂNCIA DE 59,80 KM ATÉ A OBRA

FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
MERCADO	COTAÇÃO - COLDEMAR SERVIÇOS	CASCALHO CAVA, INCLUSIVE ESCAVAÇÃO E EXCLUSIVE TRANSPORTE (M³)	M³	1324,11	R\$ 30,00	R\$ 39.723,30
SINAPI	95875	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M³xKM	44490,10	R\$ 2,55	R\$ 113.449,74
SINAPI	93590	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M³xKM	44193,50	R\$ 1,01	R\$ 44.635,43
TOTAL					R\$	197.808,48

JOICE ROBERTA  
RIBEIRO:013232  
36643

Assinado de forma digital  
por JOICE ROBERTA  
RIBEIRO:01323236643  
Dados: 2025.05.16  
15:20:03 -03'00'

JOICE ROBERTA RIBEIRO  
ENGENHEIRA CIVIL  
CREA:104.978/D-MG

**ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PARANAIBA****PROPONENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA****OBRA: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CBUQ DO LOTEAMENTO BELA VISTA****END.OBRA: LOTEAMENTO BELA VISTA - MUNICÍPIO DE DOURADOQUARA-MG****DATA: MAIO/2025****ANALISE DE VIABILIDADE ECONOMICA - CASCALHO****ANALISE 3 - CASCALHEIRA MESQUITA - DISTÂNCIA DE 144 KM ATÉ A OBRA**

<b>FONTE</b>	<b>CÓDIGO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>UND</b>	<b>QUANT</b>	<b>VALOR UNITÁRIO</b>	<b>VALOR TOTAL</b>
MERCADO	COTAÇÃO - CASCALHEIRA MESQUITA	CASCALHO CAVA, EXCLUSIVE ESCAVAÇÃO E TRANSPORTE (M³)	M³	1324,11	R\$ 12,50	R\$ 16.551,38
SINAPI	101131	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL, INCLUINDO ESCARIFICAÇÃO, CARGA E DESCARGA EM SOLO DE 2A CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (170HP/LÂMINA: 5,20M3). AF_07/2020	M³	1324,11	R\$ 16,17	R\$ 21.410,86
SINAPI	95875	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M³xKM	44490,1	R\$ 2,55	R\$ 113.449,74
SINAPI	93590	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M³xKM	169062,4	R\$ 1,01	R\$ 170.752,99
<b>TOTAL</b>					<b>R\$</b>	<b>322.164,97</b>